



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**ASSERTIVIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA POR PARCEIRO  
ÍNTIMO**

**MAYKA CAROLINE MARTINS DA CUNHA**

**BELÉM-PA  
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**MAYKA CAROLINE MARTINS DA CUNHA**

**ASSERTIVIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE  
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA POR PARCEIRO  
ÍNTIMO**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do  
Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança  
Pública.

Área de Concentração: Segurança Pública  
Linha de Pesquisa: Conflitos, Criminalidade e Tecnologia da Informação.

Orientadora: Profa. Vera Lúcia de Azevedo Lima, Dra.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Silvia Canaan Moraes de Oliveira, Dra.  
Co-orientador: Prof<sup>o</sup> Marcelo Quintino Galvão Baptista, Dr.

**BELÉM-PA  
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor(a)**

---

C972a Cunha, Mayka Caroline Martins da.  
ASSERTIVIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA  
PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO / Mayka Caroline Martins da Cunha, . — 2019.  
96 f. : il.

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Silvia Canaan Moraes de Oliveira

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. violência contra a mulher. 2. gênero. 3. habilidades sociais. 4. habilidades assertivas. 5. avaliação. I. Título.

CDD 150.77

---

**Assertividade de mulheres em situação de violência doméstica  
praticada por parceiro íntimo**

**Mayka Caroline Martins da Cunha**

Esta dissertação foi julgada e aprovada, para a obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, no Programa de Pós Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará.

---

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos  
(Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dra. Vera Lúcia de Azevedo Lima Universidade Federal do Pará Orientadora	Prof. Dra. Silvia Canaan M. de Oliveira Universidade Federal do Pará Orientadora
--	--

---

Prof. Dr. Marcelo Quintino G. Baptista Universidade Federal do Pará Co-orientador	Prof. Dra. Patrícia Regina de Bastos Neder Universidade do Estado do Pará Avaliadora
---	--

---

Prof. Dra. Silvia dos Santos Almeida  
Universidade Federal do Pará  
Avaliadora

---

Prof. Dr. Jaime Luiz Cunha de Souza Universidade Federal do Pará Suplente	Prof. M.Sc. Adrilayne dos Reis Araújo Universidade Federal do Pará Suplente
---	---

*Aos meus amados pais, Einstein Cunha e Maria Elizabeth Cunha.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo, à Deus, pelo dom da vida e por ter me ajudado a conquistar essa vitória;

Aos meus pais, que sempre me amaram e fizeram tudo por mim;

Ao meu amado esposo, meu maior incentivador, pois quando tudo pareceu tão difícil e inalcançável, foi ele quem disse: *Não desista!*

À minha chefia imediata no TJ/PA, o juiz de direito Dr. Maurício Pontes, que teve um olhar sensível e flexível e me possibilitou cursar o mestrado de modo a conciliá-lo com minha atividade laboral no fórum;

À minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Silvia Canaan, por suas preciosas orientações, por sua paciência e docilidade, por ter sido sempre presente ao longo de toda a produção desta dissertação, me passando segurança e confiança.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Catarina Malcher, por sua disponibilidade e presteza no auxílio com a análise dos dados;

Ao Programa de Pós graduação em Segurança Pública e à todos os professores que generosamente me transmitiram seus ensinamentos;

Aos colegas de turma pelas experiências partilhadas;

Às colegas da Central de Equipe Multidisciplinar pela paciência e compreensão.

## RESUMO

CUNHA, Mayka Caroline Martins. Assertividade de Mulheres em situação de Violência Doméstica praticada por parceiro íntimo. 2019. 70 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2019.

Esta dissertação de Mestrado se propôs a investigar a assertividade de mulheres em situação de violência praticada por parceiro íntimo por meio de uma revisão sistemática da literatura e da avaliação das habilidades assertivas de 25 mulheres que eram “partes” em processos judiciais nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Fórum Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na cidade de Belém-PA. Na revisão sistemática da literatura, os resultados indicaram que há poucos estudos nos quais a assertividade encontra-se relacionada com a violência doméstica. O uso do termo *assertividade* parece estar bem consolidado no campo da psicologia mas isto não parece ocorrer em outras áreas. Quanto à avaliação da assertividade, os resultados da aplicação de um instrumento padronizado chamado Inventário de Habilidades Assertivas com 25 mulheres em situação de violência praticada por parceiro íntimo demonstrou que a média de frequência de comportamentos assertivos das participantes foi de um *repertório mediano*, sendo que 44% delas apresentaram *repertório deficitário em habilidades assertivas*. Portanto, o Treino de Habilidades Sociais foi recomendado para todas as participantes deste estudo como uma estratégia de combate e enfrentamento da violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo. Observou-se que a temática da assertividade relacionada à violência contra a mulher carece de mais estudos.

**Palavras-chave:** Violência contra Mulher, Gênero, Habilidades Sociais, Habilidades Assertivas, Avaliação, Vara Criminal

## ABSTRACT

This Master's Thesis intends to investigate the assertiveness of women in situation of intimate partner violence through a systematic literature review and the assessment of assertive skills of 25 adult women who were "parts" in criminal proceedings in Criminal Court of Domestic and Family Violence against Women in the Court of Justice of Pará, in the city of Belém. In the systematic literature review, the results showed that there are few studies in which the assertiveness is related to domestic violence. The use of the term *assertiveness* seems to be consolidated in the Psychology field but this does not seem to occur in other areas. Regarding the assessment of assertiveness, the results of the application of a padronized instrument called Inventário de Habilidades Assertivas (Assertive Skills Inventory) with 25 women in situation of intimate partner violence showed that the participants' frequency median of assertive behaviors was of a *median repertoire*, with 44% of them having shown *repertoire déficit in assertive skills*. Therefore, the Social Skills Training was recommended for all the participants of this study as a strategy of combat and confronting intimate partner violence against women. It was observed that the assertiveness theme related to violence against women needs to be more investigated.

**Key-words:** Violence Against Women, Gender, Social Skills, Assertive Skills, Assessment, Criminal Court



## LISTA DE TABELAS

### Capítulo 02 – Artigo 1

**Tabela 1** - Número de referências resultantes das buscas nos indexadores de acordo com os termos de busca e filtros aplicados.

**Tabela 2** - Referências que atenderam ao critério de pertinência, organizadas por ano de publicação.

**Tabela 3** - Percentual de cada área onde os trabalhos foram localizados.

**Tabela 04** - Percentual dos autores que foram referenciados nos conceitos de assertividade previamente encontrados.

### Capítulo 02 – Artigo 2

**Tabela 01** - Classificação da *frequência* do autorrelato de comportamentos assertivos das participantes nas quais o IHA foi aplicado.

**Tabela 02** - Classificação do nível de *desconforto* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.

**Tabela 03** - Classificação do *alcance dos objetivos* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.

**Tabela 04** - Classificação de mensuração da *avaliação social* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.

**Tabela 05** - Classificação de mensuração da *avaliação pessoal* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.

**Tabela 06** - Caracterização da amostragem na qual o IHA foi aplicado.

**Tabela 07** - Tempo de duração do relacionamento em anos das participantes do estudo.

**Tabela 08** - Pontuação mínima, máxima e média obtida pelas participantes em todos os indicadores do IHA.

**Tabela 09** - Dados sobre o indicador de *Frequência* de autorrelato de respostas assertivas

**Tabela 10** - Dados sobre o indicador de *Desconforto* de emissão de respostas assertivas

**Tabela 11** - Dados sobre o indicador de *Alcance de Objetivos* com a emissão de respostas assertivas

**Tabela 12** - Dados sobre o indicador de *Avaliação Social* da emissão de respostas assertivas

**Tabela 13** - Dados sobre o indicador de *Avaliação Pessoal* sobre a emissão de respostas assertivas

## **LISTA DE QUADROS**

### **Capítulo 02 – Artigo 1**

**Quadro 01** - Referências que atenderam ao critério de pertinência, organizadas por ano de publicação.

## LISTA DE SIGLAS

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior  
**IHS:** Inventário de Habilidades Sociais  
**IHA:** Inventário de Habilidades Assertivas  
**LILACS:** Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde  
**OMS:** ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde  
**ONU:** Organização das Nações Unidas  
**SPSS:** Statistical Package for the Social Sciences  
**SciELO:** *Scientific Eletronic Library Online*  
**TJ/PA:** Tribunal de Justiça do Estado do Pará  
**TCLE:** Termo de consentimento livre e esclarecido

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	13
1.1 INTRODUÇÃO.....	13
1.2 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	153
1.3. PROBLEMA DE PESQUISA.....	175
1.4. OBJETIVOS.....	186
1.4.1 OBJETIVO GERAL.....	186
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	186
1.5HIPÓTESE .....	196
1.6REVISÃO DE LITERATURA .....	19
1.7 METODOLOGIA.....	22
CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	281
2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1.....	281
2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 2.....	393
CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	61
ANEXOS.....	74
ANEXO I.....	75
ANEXO II .....	76
ANEXO III.....	77
ANEXO IV .....	78
ANEXO V .....	79
ANEXO VI.....	85

## **CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Neste trabalho tratar-se-á da questão da Violência Doméstica contra a Mulher praticada por parceiro íntimo, discutindo a importância de um repertório de habilidades sociais bem desenvolvido, com ênfase na habilidade social assertiva, objetivando ampliar as possibilidades e estratégias quanto ao enfrentamento, combate e prevenção da violência contra a mulher.

A violência contra as mulheres é atualmente considerada como uma questão de saúde pública, de direitos humanos, de segurança pública e de justiça (GRANJA E MEDRADO, 2009). O tema da Violência contra a Mulher como uma questão de saúde logo adquiriu status internacional com a efetiva participação da Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual aborda a temática como um sério problema mundial que carece de políticas de proteção e prevenção, enfatizando ser uma questão de prioridade urgente, dado seu crescimento e impacto na saúde das sociedades (OMS, 2012).

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012) reconhece a violência doméstica contra a mulher como uma questão de saúde pública, que afeta negativamente a integridade física e emocional da vítima, seu senso de segurança, configurada por círculo vicioso de “idas e vindas” aos serviços de saúde e o consequente aumento com os gastos neste âmbito.

De acordo com a Declaração das Nações Unidas, de 1949, sobre a Violência Contra a Mulher, aprovada pela Conferência de Viena em 1993, a violência se constitui em “[...] todo e qualquer ato embasado em uma situação de gênero, na vida pública ou privada, que tenha como resultado dano de natureza física, sexual ou psicológica, incluindo ameaças, coerção ou a privação arbitrária da liberdade.” (ADEODATO, 2006, p.2).

O fenômeno da violência contra a mulher tem sido predominantemente explicado de duas maneiras (SOUZA E DA ROS, 2006): uma centrada na teoria do patriarcado e outra, mais recente, que considera aspectos da própria relação ou interação afetiva entre o casal. Souza e Da Ros (2006, p. 523) afirmam que “os motivos desencadeadores da violência estão dentro da cultura do patriarcado, enquanto os

motivos que mantêm as mulheres entrelaçadas no relacionamento fazem parte da relação afetivo-conjugal”.

Examinando especificamente o ponto de vista da teoria do patriarcado, costuma-se afirmar que, a partir da educação machista, o homem entende que tem o direito de agredir sua mulher, e esta por sua vez naturaliza a agressão e contribui para a própria dominação. Nessa linha de raciocínio, Beauvoir (1967 p. 114) indica que “colocando-se como soberano, o homem tem a cumplicidade da mulher, que encontra no coração do ser a confirmação das pretensões masculinas”. Em contrapartida, para Saffioti (2007), a mulher não é cúmplice, e sim, vítima no âmbito de uma relação desigual de poder, em que o fato de ceder à violência não a torna cúmplice, uma vez que ela não dispõe das mesmas condições de poder e consentimento.

Por outro lado, a explicação da violência contra a mulher considerando os aspectos interpessoais da própria relação afetiva tem sido adotada por vários autores (SOUZA E DA ROS, 2006; GREGORI, 1992). Gregori (1992), por exemplo, rejeita o pensamento de que a violência conjugal seria unicamente expressão da dominação, considerando-a mais um jogo relacional do que propriamente uma luta de poder, uma vez que a mulher teria autonomia, participando, então, também ativamente da relação violenta. Segundo a autora, “os relacionamentos conjugais são de parceria e a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros” (GREGORI, 1992, p. 134).

Nessa linha de raciocínio, a violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo pode ser considerada como uma forma de comunicação entre o casal. Por isso, acredita-se que se deve examinar a possibilidade de co-responsabilidade de cada um dos membros do casal naquela situação. Convém destacar que esta perspectiva não nega e nem exclui a influência de fatores associados aos papéis sociais do homem e da mulher nas situações de violência contra a mulher, mas os considera em combinação com variáveis interpessoais tal como aponta Souza e Da Ros (2006, p. 510): “a violência (física, psicológica ou sexual) está ligada a condições interpessoais associadas às desigualdades de gênero”.

Portanto, para fins deste trabalho, compreende-se o fenômeno da violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo como algo produzido por uma construção sociocultural, porém mantido pela interação de fatores socioculturais, interpessoais e individuais ou psicológicos. Nesse sentido, a figura feminina não ocuparia, em termos absolutos, o lugar exclusivo de vítima da dominação masculina, apesar de, na maioria

das vezes ela ser colocada por terceiros e frequentemente também se colocar apenas neste lugar.

## 1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A escolha pelo tema de pesquisa em questão partiu da experiência profissional da mestranda que, como psicóloga lotada na Central de Equipe Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, atende diariamente mulheres em situação de violência praticada por (ex)parceiro íntimo.

Essa experiência profissional tem mostrado que o drama da violência contra a mulher é recorrente e aprisionante, abala a autonomia, destrói a autoestima, diminui a qualidade de vida, causando desestruturação pessoal, familiar e social, o aumento dos custos com cuidados à saúde, o absenteísmo no trabalho etc (NETO *et all*, 2014). A literatura científica indica que a violência contra a mulher gera prejuízos nas esferas do seu desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo (KASHANI E ALLAN, 1998).

Além disso, por meio de sua atuação no atendimento de mulheres em situação de violência, a mestranda constata que a maioria das mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo possui déficits em habilidades sociais que dificultam sua comunicação no relacionamento afetivo. Observa-se ainda que, dentre estes déficits, destacam-se os déficits em assertividade na medida em que elas têm dificuldade para expressar o que pensam e sentem, dificuldade para se defender ou se posicionar ou afirmar os seus direitos na interação afetiva.

O déficit em habilidades sociais assertivas tem sido apontado por alguns autores como um dos fatores que podem contribuir para a permanência da mulher em uma relação violenta. De fato, alguns autores (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2006; FALCONE, 2001; FALCONE E RAMOS, 2001; TEIXEIRA *et all*, 2016; SAKIYAMA E WEBER, 2005) já têm mostrado que as habilidades sociais assertivas da mulher são variáveis que parecem influenciar na qualidade da relação com seu parceiro íntimo, estando, assim, a assertividade correlacionada com relações afetivas saudáveis. Supõe-se que, tendo esta habilidade bem desenvolvida, a mulher possa ter voz dentro da relação, posicionando-se sobre o que pensa, sente e deseja em relação ao seu parceiro, o que pode contribuir para a prevenção e/ou enfrentamento da violência.

Se assertividade é conceituada como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro (LANGE E JAKUBOWSKI,1976), então supõe-se que mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiros íntimos tenham provavelmente problemas nessa área, sendo pertinente avaliara assertividade dessa população pois o conhecimento dessa informação é fundamental para o delineamento de intervenções adequadas às suas necessidades tais como programas de promoção de Habilidades Sociais Assertivas.

Programas de Treinamento Habilidades Sociais tem sido estratégias de intervenção psicológica utilizadas com diferentes populações para promoção de comportamentos socialmente adequados (PADOVANI E WILLIAMS, 2002; MURTA *et all*, 2012; TEIXEIRA, 2015). Acredita-se que, mais especificamente, o Treinamento de Habilidades Assertivas possam ser implementados em uma perspectiva de ações remediativas ou preventivas direcionadas para o combate e enfrentamento da violência contra a mulher. Nesse contexto, é fundamental que a mulher aprenda a assumir um papel ativo ou de protagonista, para ir em busca de soluções para seus problemas. Uma parte de tais soluções envolve a necessidade de que essa mulher amplie seu repertório comportamental por meio do desenvolvimento de novas habilidades tais como autonomia e auto-responsabilidade e, principalmente, as habilidades sociais assertivas que podem lhe levar à construção de relações afetivas mais equilibradas e sadias.

Um benefício direto gerado por esta pesquisa são os seus resultados, os quais indicam a situação da assertividade de mulheres em situação de violência doméstica que são partes em processos que estiveram em tramitação nas Varas de Violência Doméstica contra a Mulher do Fórum Criminal do Tribunal de Justiça da cidade de Belém, Pará no período de outubro a novembro de 2018, podendo embasar a elaboração de um Programa de Treinamento de Habilidades Assertivas de acordo com as necessidades específicas dessa população.

Portanto, acredita-se que esta pesquisa constitua uma contribuição para intervenções focadas no desenvolvimento de repertórios de habilidades sociais assertivas, o que pode ser um passo importante da intervenção visando o empoderamento da mulher em seus relacionamentos amorosos e quiçá lhe permita eventualmente escolher entre ficar ou permanecer na relação de violência doméstica praticada por (ex) parceiro íntimo.

A partir da perspectiva acima discutida, depreende-se que a mulher assume papel ativo dentro da relação violenta, possuindo autonomia para ir em busca de



soluções. Daí, a necessidade de ter suas habilidades assertivas avaliadas para, posteriormente, as mesmas poderem ser treinadas ou desenvolvidas e, assim, adquirirem um amplo repertório comportamental para lidar com esse papel ativo e defender seus direitos.

Nesse sentido, esta pesquisa se propõe a direcionar o olhar para o comportamento assertivo da mulher em situação de violência praticada pelo parceiro íntimo, tendo-o como alvo de avaliação para poder examinar, no futuro, a possível existência de uma relação entre déficits de habilidades assertivas no repertório comportamental da mulher e sua manutenção ou não em situação de violência doméstica.

### **1.3. PROBLEMA DA PESQUISA**

Uma das estratégias utilizadas para avaliar a assertividade é a aplicação de instrumentos. Entretanto, a seleção de instrumentos de avaliação se baseia em um estudo mais aprofundado do(s) conceito(s) relacionados ao fenômeno que se pretende investigar.

No que se refere à assertividade, sabe-se que dois movimentos marcaram seu processo de conceituação: uma vertente americana, denominada de Treinamento Assertivo (TA) e outra vertente inglesa, denominada de Treinamento das Habilidades Sociais (THS). Os anos de 1970 e 1980 foram o apogeu das publicações americanas sobre assertividade. Todavia, não se encontra, na literatura da época, uma definição clara e consensual sobre o que é assertividade. O THS apresentava formulações conceituais mais sistemáticas, que acabou englobando a assertividade (TEIXEIRA *et al*, 2016).

Portanto, é pertinente afirmar a coexistência de dois movimentos que norteiam os estudos sobre essa temática: Treinamento Assertivo e Treinamento das Habilidades Sociais. Inserida no contexto do Treinamento das Habilidades Sociais, a assertividade passou a ter uma formulação conceitual mais específica. Neste sentido, o presente trabalho fundamenta-se no entendimento de que a assertividade é uma classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2003). Ela implica

tanto a superação da passividade quanto o autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas (TEIXEIRA *et all*, 2016).

Existem vários instrumentos que envolvem avaliação dos déficits e recursos comportamentais dos clientes relacionados à assertividade tais como: a adaptação do Teste de Frustração de Rosenzweig para avaliação e promoção de comportamentos assertivos, a Escala Rathus de Assertividade, o Inventário de Assertividade de Alberti e Emmonse o Inventário de Habilidades Sociais - IHS-Del-Prette. No entanto, no contexto brasileiro, instrumentos que abordam a temática da assertividade para a demanda feminina são escassos. Foi localizado apenas um instrumento – O Inventário de Habilidades Assertivas - IHA (TEIXEIRA, 2015), ainda em fase de validação, o qual foi construído especificamente para a população feminina, levando, portanto, em consideração as questões sobre assertividade e gênero.

Além de ser o único direcionado para a população feminina, o IHA apresenta alguns diferenciais se comparado a outras escalas: além de avaliar a frequência de autorrelato da resposta assertiva frente a diferentes demandas sociais, preocupa-se também em incluir outros elementos que estão relacionados com a assertividade, como desconforto, efetividade da resposta assertiva (alcance de objetivos), adequação social (avaliação do grupo social) e adequação pessoal da respondente acerca da resposta assertiva. A presença desses quatro indicadores, adicionais ao tradicionalmente apresentado (frequência), permite ao avaliador obter outras informações sobre aspectos relevantes na emissão da resposta assertiva e identificar variáveis correlatas. Daí este instrumento ser utilizado no presente trabalho.

## **1.4. OBJETIVOS**

### **1.4.1 OBJETIVO GERAL**

Investigar a assertividade de mulheres em situação de Violência Doméstica praticada por parceiros íntimos

### **1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1.4.2. Analisar o que a literatura científica aborda da relação entre Assertividade e Violência contra a mulher

1.4.3.b Verificar a assertividade de mulheres em situação de violência doméstica com base no Inventário de Habilidades Assertivas - IHA (TEIXEIRA, 2015).

## 1.5 HIPÓTESE

Mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo possuem déficits em assertividade, sendo tais déficits possíveis de identificação por meio da aplicação do IHA (TEIXEIRA, 2015).

## 1.6 REVISÃO DE LITERATURA

Como um dos suportes da pesquisa, utilizamos a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ou Convenção de Belém do Pará (Convenção de Belém do Pará, 1994) que definiu a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. Essa convenção serviu de base para a formulação de outro importante instrumento de apoio deste trabalho: a Lei Maria da Penha.

Essa Lei definiu a violência doméstica e familiar como sendo qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, ou psicológico e dano patrimonial, ocorrida no âmbito da unidade doméstica, ou no âmbito da família e ainda em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação (BRASIL, 2006). A lei Maria da Penha também ofereceu, em seu artigo 5º, apoio quanto ao esclarecimento do ambiente doméstico, descrevendo como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. A lei definiu também o âmbito da família, que seria a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa (BRASIL, 2006).

De qualquer modo, entre as várias denominações utilizadas no âmbito da violência contra a mulher, no presente estudo será utilizado o termo Violência Doméstica, baseado em um estudo de Canaan *et all* (2018), que buscou examinar o uso das expressões ou termos relacionados à violência envolvendo a mulher na literatura científica ligada à segurança pública. Detectaram, assim, que o maior percentual de artigos (40,65%) foi resultante da combinação entre os descritores “violência

doméstica” e “segurança pública”, sugerindo, portanto, que em relação à temática da segurança pública, a terminologia “violência doméstica” foi a mais trabalhada pelos autores para se referirem ao estudo da violência contra a mulher.

Na tentativa de elucidar as conseqüências da Violência Doméstica para a mulher utilizou-se Neto *et all* (2014), Kashani e Allan (1998). Sabe-se que a violência traz prejuízos nas esferas do desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo. As manifestações físicas da violência podem ser agudas, como as inflamações, contusões, hematomas, ou crônicas, deixando seqüelas para toda a vida, como as limitações no movimento motor, traumatismos, a instalação de deficiências físicas, entre outras. Os sintomas psicológicos frequentemente encontrados em vítimas de violência doméstica são: insônia, pesadelos, falta de concentração, irritabilidade, falta de apetite, e até o aparecimento de sérios problemas mentais como a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio (KASHANI e ALLAN, 1998).

Sendo assim, verifica-se que vários fatores podem contribuir para a manutenção de uma situação de violência doméstica, incluindo o déficit em habilidades sociais. Como subsídio para as dificuldades nas interações e compreensão dos relacionamentos interpessoais, encontra-se os estudos no campo das Habilidades Sociais

A fim de adentrar na importância da Habilidade Social Assertiva para relacionamentos benéficos, será referenciado como aporte teórico o trabalho de Lohr (2003), que afirma que classes de comportamentos como assertividade, solução de problemas, empatia, as quais compõem o rol das habilidades sociais, são, por sua vez, desenvolvidas na interação com o outro. Ainda para discutir esse tema, utilizaram-se os autores Del Prette e Del Prette (2001) que sugerem algumas formas de interagir socialmente: “[reação] habilidosa (que demonstra assertividade, empatia, expressão de sentimentos positivos ou negativos de forma apropriada, civilidade, etc.), [reação] não habilidosa passiva (que demonstra esquiva ou fuga ao invés de enfrentamento da situação) e [reação] não habilidosa ativa (que demonstra agressividade, negativismo, ironia, autoritarismo, etc.) (p.65). Esses autores (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2013), afirmam ainda que agir assertivamente significa, portanto, defender-se em situação de injustiça ou, no mínimo, buscar restabelecer uma norma que, quando rompida, causa algum tipo de prejuízo à pessoa ou a seu grupo. Para esses autores a assertividade pode ser compreendida como uma classe ampla que pode ser desdobrada em diversas subclasses, tais como: (1) manifestar opinião, concordar, discordar; (2)

fazer, aceitar e recusar pedidos; (3) desculpar-se e admitir falhas; (4) estabelecer relacionamento afetivo/sexual; (5) encerrar relacionamento; (6) expressar raiva e pedir mudança de comportamento; (7) interagir com autoridades; (8) lidar com crítica. Del Prette e Del Prette (2006) afirmam que na “base do conceito de assertividade encontra-se a expressão apropriada de sentimentos negativos, a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana” (p.175). Outra linha de raciocínio utilizada foi a de Lange e Jakubowski (1976) que entendem a assertividade como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro.

Com o objetivo de relacionar a temática da Assertividade com a questão da Violência contra a Mulher, utilizaram-se os autores Moraes e Rodrigues (2001) que afirmam que o relacionamento conjugal é um dos contextos em que é necessário e importante o comportamento assertivo. Para esses autores, a comunicação, ou seja, a expressão de pensamentos, sentimentos e emoções é uma habilidade que pode ser instalada no repertório de um casal e facilitar de sobremaneira o desenvolvimento do autoconhecimento, a fim de que cada um consiga identificar e discriminar em si algumas limitações e déficits comportamentais que possam ser alterados, para resultar em melhorias para o relacionamento conjugal. Nesse sentido, outro aporte teórico referenciado foi o de Elias e Britto (2007) que dizem que quando o casal se relaciona de forma assertiva, sabe se comportar diante de possíveis desacordos. Em consonância com essas perspectivas, utilizou-se Vila (2005), que defende que a assertividade está entre as principais habilidades sociais no contexto conjugal. Os autores Del Prette e Del Prette (2012) expõem que muitos problemas conjugais têm suas origens nos déficits interpessoais e nas dificuldades generalizadas de expressão de sentimentos positivos. Utilizou-se, ainda, como base teórica os autores Murta *et all* (2014), que indicaram que a permanência e a aceitação na relação abusiva é facilitada pelos déficits de habilidades sociais, que são reforçados por crenças mal adaptativas sobre a relação conjugal.

A partir das discussões realizadas com base na literatura a respeito do tema, a presente pesquisa tem por objetivo avaliar as Habilidades Assertivas de mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo.

## 1.7 METODOLOGIA

Este trabalho tem seu capítulo 02 composto por 02 artigos que são frutos de pesquisas realizadas, além do capítulo 03 que dispõe das considerações finais desta dissertação.

A respeito do 1º artigo, intitulado “**Uso dos termos Assertividade e Violência contra a Mulher: Uma revisão sistemática da literatura**”, a pesquisa seguiu algumas etapas sistemáticas para sua realização. Inicialmente fez-se uma busca de referências em bases de dados, a partir de descritores previamente definidos e relacionados ao tema em questão. Em seguida, trabalhou-se na análise da lista de referências encontradas na busca, considerando-se a definição prévia de palavras-chave e de critérios de pertinência ligados ao tema.

A busca dos artigos foi realizada através das bases de dados eletrônicas: (a) Portal de Periódicos da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior); (b) SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*); (c) LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Além destas bases de dados, fez-se busca ativa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para a busca de artigos nas bases de dados, foram utilizados os seguintes descritores combinados com operador booleano: “*Violência AND Assertividade*” e “*Mulher AND Assertividade*”. Os filtros utilizados foram quanto ao local de produção “Brasil”, idioma “português” e publicação nos últimos 20 anos.

Em relação ao 2º artigo, intitulado “**Avaliação da Assertividade de mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo**”, procedeu-se com a seguinte metodologia:

### Natureza da Pesquisa

Esta pesquisa foi de natureza quantitativa descritiva. Segundo Moresi (2003), a natureza quantitativa é aquela que considera tudo que é quantificável, requerendo o uso de recursos e de técnicas estatísticas, tais como percentagens, média, desvio-padrão, dentre outras.

### Lócus da Pesquisa

A coleta de dados foi feita em uma sala da Central de equipe Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, localizada no Fórum Criminal da cidade de Belém-PA. A Sala mede cerca de 30m<sup>2</sup>, refrigerada, dispendo de uma mesa, computador e duas cadeiras, com privacidade e baixo nível de interferências. A justificativa para a escolha deste ambiente se deu em virtude de a pesquisadora exercer diariamente suas atividades como Analista Judiciário – Psicologia nesta central, facilitando assim o acesso a mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo.

#### Participantes da pesquisa e critérios de inclusão

As participantes foram de 25 mulheres adultas (maiores de 18 anos) que eram partes em processos criminais que tramitavam nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Fórum Criminal, do TJE/PA, da Capital;

Os critérios de inclusão das participantes foram:

A – Ser parte em processo criminal tramitando em uma das varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Criminal do TJE/PA da Capital.

B – O requerido do referido processo ser (ou ter sido) o parceiro íntimo da requerente.

C – Ter sido agendada pelas varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para comparecer a audiências com o Juízo no Fórum Criminal do Tribunal de Justiça da Capital no período compreendido entre Outubro e Novembro do ano de 2018.

Os critérios de exclusão foram:

A – Processos em que o requerido não fosse o parceiro íntimo da requerente.

B – Não ter audiências agendadas entre o período de outubro e novembro do ano de 2018.

#### Materiais e Instrumentos de Coleta de Dados

Foram utilizados os seguintes instrumentos e materiais:

a) Inventário de Habilidades Assertivas –IHA (TEIXEIRA, 2015) (ANEXO I):Este instrumento foi utilizado mediante autorização prévia da sua autora (ANEXO II). Trata-se de um inventário específico para avaliar a assertividade de mulheres. Contém

19 itens descrevendo situações que apresentam demandas para resposta assertiva e uma reação a cada uma delas, com cinco indicadores a serem avaliados: frequência, desconforto, alcance de objetivos, avaliação social e avaliação pessoal (TEIXEIRA, 2015). Este instrumento também inclui espaço para coleta de informações relativas à situação socioeconômica, escolaridade, idade, atividades laborais e educacionais.

- b) Papel tipo A4, lápis preto e caneta
- c) Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (ANEXO III)

#### Procedimento de coleta de dados

Antes do início da realização deste estudo, este projeto foi submetido à Plataforma Brasil.

Para levar a efeito esta pesquisa, primeiramente solicitou-se autorização da responsável pelo IHA, para que a mesma permitisse a utilização do instrumento nesta pesquisa. Em seguida, definiu-se o período a ser pesquisado, ou seja, nos meses de Outubro e Novembro, do ano de 2018, em que havia pauta de audiências agendadas nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Fórum Criminal da Capital.

Após a definição do período de coleta, procedeu-se o pedido de autorização dos juízes (ANEXO IV) que atuam nas Varas de Violência Doméstica para que se realizasse a pesquisa com as mulheres que são partes nos processos e que autorizassem a realização da pesquisa nas dependências do Fórum Criminal, mais especificamente, em uma das salas da Central de Equipe Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e familiar contra a mulher.

Ao final das audiências, cada uma das mulheres foi encaminhada individualmente por um servidor do Tribunal de Justiça à sala da Central de Equipe Multidisciplinar, onde foram recebidas pela pesquisadora ou assistente de pesquisa previamente treinada e, no momento, foi explicado a cada uma o que era a pesquisa e os objetivos da mesma, ao final, elas eram convidadas a participarem da pesquisa. Além disso, foi explicado a cada participante do que se trata a assertividade de tal modo que cada uma compreendesse o significado deste termo antes de concordar com sua



participação. Após leitura, concordância e assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE por cada participante, iniciava-se a aplicação do IHA.

Em cada sessão de coleta de dados, cada item do instrumento era lido pela pesquisadora ou sua assistente de pesquisa, as quais também registravam com lápis as respostas das participantes para cada um dos itens. Cada aplicação durava aproximadamente 40 minutos. Convém ressaltar que o presente estudo deu garantia de sigilo quanto à identificação das participantes.

Após a aplicação do IHA com todas as participantes foi realizado um levantamento do tempo de duração do relacionamento no qual essas mulheres estavam inseridas por meio do exame dos autos dos processos judiciais (registros e documentos contidos nos processos) relativos ao caso de cada uma delas.

#### Procedimento de análise de dados

Para auferir os resultados advindos da aplicação do Inventário de Habilidades Assertivas com as 25 participantes, os dados foram repassados para uma planilha do Excel. Após isso, esses dados foram encaminhados à autora do IHA, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Catarina Malcher, que procedeu com a análise desses dados através do programa de estatística Statistical Package for the Social Sciences - SPSS versão 18.0. Após esse processo, a referida autora do IHA nos reenviou os dados já com seus devidos resultados.

A partir de então, foram feitas análises descritivas de frequência mínima, máxima, média e desvio padrão. Com base no manual do instrumento (IHA), foram realizadas as classificações das pontuações de cada um dos indicadores (frequência, desconforto, alcance dos objetivos, avaliação social e avaliação pessoal), conforme instruções descritas adiante.

De acordo com as normas do IHA, os itens 11, 13 e 17 foram excluídos por não terem alcançados as cargas fatoriais suficientes. Cada indicador soma 64 pontos na sua totalidade. Para a classificação do autorrelato de comportamentos assertivos utilizou-se a Tabela 1.

**Tabela 01: Classificação da frequência do autorrelato de comportamento assertivos das participantes nas quais o IHA foi aplicado.**

Pontuação	Repertório
0-16	Repertório deficitário de HA – indicado para THA
17-32	Repertório mediano de HÁ

33-48	Repertório bom de HÁ
49-64	Repertório Elaborado de HÁ

Fonte: Profª Drª Catarina Malcher, autora do Inventário de Habilidades Assertivas

Para a classificação do nível de desconforto das participantes ao relatarem a emissão do comportamento assertivo, o enquadramento em percentis mais baixos indicam menor nível de ansiedade e percentis maiores, níveis mais altos. Veja a Tabela 2.

**Tabela 02: Classificação do nível de *desconforto* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.**

Pontuação	Desconforto
0-16	Nenhum
17-32	Médio
33-48	Muito
49-64	Muitíssimos

Fonte: Profª Drª Catarina Malcher, autora do Inventário de Habilidades Assertivas (TEIXEIRA, 2015)

Para avaliação do alcance dos objetivos utilizou-se a seguinte classificação, conforme descrito na tabela abaixo (Tabela 03).

**Tabela 03: Classificação do *alcance dos objetivos* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.**

Pontuação	Classificação
0-16	Nunca ou raramente
17-32	Pouca frequência
33-48	Regular frequência
49-64	Com muita frequência

Fonte: Profª Drª Catarina Malcher, autora do Inventário de Habilidades Assertivas (TEIXEIRA, 2015)

Para verificar a mensuração acerca da avaliação social, utilizou-se a classificação da Tabela 4.

**Tabela 04: Classificação de mensuração da *avaliação social* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.**

Pontuação	Classificação
0-16	Reprova muito
17-32	Reprova
33-48	Nem reprova, nem reprova

49-64	Aprova
-------	--------

Fonte: Profª Drª Catarina Malcher, autora do Inventário de Habilidades Assertivas (TEIXEIRA, 2015)

Por fim, para mensurar a avaliação pessoal acerca da resposta assertiva, utilizou-se a classificação da Tabela 5.

**Tabela 05: Classificação de mensuração da *avaliação pessoal* das participantes nas quais o IHA foi aplicado.**

Pontuação	Classificação
0-16	Muito inadequada
17-32	Inadequada
33-48	Nem adequada, nem inadequada
49-64	Muito adequada

Fonte: Profª Drª Catarina Malcher, autora do Inventário de Habilidades Assertivas. (TEIXEIRA, 2015)

Por fim, o capítulo 03 discorre sobre as considerações finais desta pesquisa de mestrado destacando os principais pontos estudados, bem como apontando recomendações para trabalhos futuros e indicação de soluções e intervenções acerca da problemática estudada.

## CAPÍTULO 2 – ARTIGOS CIENTÍFICOS

### 2.1 ARTIGO CIENTÍFICO 1

#### USO DOS TERMOS ASSERTIVIDADE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

*Mayka Caroline Martins da Cunha<sup>1</sup> e Silvia Canaan Moraes de Oliveira<sup>2</sup>*

#### RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa cujo objetivo foi investigar estudos científicos nacionais que abordassem a relação entre Assertividade e Violência contra a mulher a partir de uma revisão sistemática da literatura sobre a temática em questão. Fez-se a busca com os descritores “*Violência AND Assertividade*” e “*Mulher AND Assertividade*” nas bases de dados SciELOBrazil, Periódicos da Capes e LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Fez-se também uma busca ativa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Foram localizados 53 estudos, os quais foram lidos na íntegra. Destes, 14 incluíram em suas linhas, ainda que em passagens curtas, uma relação entre violência em geral e assertividade mas, em apenas 06 deles, esta relação era específica entre a assertividade e a violência envolvendo a mulher. Os resultados apontaram que a assertividade é um termo bem consolidado na área da psicologia, porém o mesmo não parece ocorrer em outras áreas. Os psicólogos Del Prette e Del Prette são os autores mais citados quando o tema da assertividade é tratado teoricamente. Foram localizados referências que discutem a relação entre a violência em geral e a assertividade, mas poucos deles estabelecem uma relação específica entre a assertividade e a violência contra mulheres.

**Palavras-chave:** Violência doméstica, gênero, direitos humanos.

#### ABSTRACT

This article is the result of a research which intended to investigate national scientific studies that addressed the relation between Assertiveness and Violence against Woman based on a systematic literature review about the issue. The search with the descriptors “*Violence AND Assertiveness*” and “*Woman AND Assertiveness*” in databasisSciELO Brazil, Capes Periodicals and LILACS. An active search was done in Capes’ Thesis and Dissertations Catalog. There were located 53 studies which were fully read; 14 of them included in their lines, at least in short passages, a relation between general violence and assertiveness but only in 06 of them this relation was specific between assertiveness and violence involving the woman. The results pointed out that assertiveness is a term well established in the Psychology field, but the same does not seem to occur in other areas. Psychologists Del Prette e Del Prette are the most referred authors when assertiveness is the theme treated theoretically. There were localized references that discuss the relation between violence in general and assertiveness but few of them establish a specific relation between assertiveness and violence against women.

**Key-words:** domestic violence, genre, human rights

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará. Analista Judiciário – Psicologia, TJE/PA.

<sup>2</sup>Psicóloga, Doutora em Psicologia; Professora Associada da UFPA; Coordenadora do NEVIDA - Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Violência Doméstica; Pesquisadora da REDETAC – Rede de Colaboração Interinstitucional para a Pesquisa e o Desenvolvimento das Terapias Analítico-Comportamentais.

## INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é atualmente considerada como uma questão de saúde pública, de direitos humanos, de segurança pública e de justiça (GRANJA e MEDRADO, 2009). O tema da Violência contra a Mulher como uma questão de saúde logo adquiriu status internacional com a efetiva participação da Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual aborda a temática como um sério problema mundial que carece de políticas de proteção e prevenção, enfatizando ser uma questão de prioridade urgente, dado seu crescimento e impacto na saúde das sociedades (OMS, 2012).

Sabe-se que, no Brasil, a violência doméstica contra a mulher apresenta elevados índices, alcançando mulheres de todas as classes sociais, raças, etnias, idades, escolaridades e culturas (MARQUES e PACHECO, 2009). No ano de 2015, por exemplo, o Senado Federal (2017) ouviu cerca de 1.102 mulheres brasileiras e apurou que 63% destas acreditavam que a violência doméstica estava aumentando. Nesta pesquisa também se constatou que houve um crescimento na percepção de desrespeito às mulheres: 43% das entrevistadas afirmaram que as mulheres não eram tratadas com respeito no Brasil, sendo que, em 2013, 35%, haviam tido essa percepção. Esse resultado sugere que está aumentando o grau de consciência das mulheres acerca do desrespeito ao qual estão expostas na sociedade.

A pesquisa acima também mostrou que 49%, ou seja, praticamente metade das brasileiras vítimas de violência doméstica, teve como agressor o próprio marido ou companheiro. Esse resultado indica que o índice de violência doméstica praticada por parceiro íntimo é bastante elevado. Já no que diz respeito ao tipo de violência sofrida, nessa pesquisa, 66% das mulheres declararam também haver um predomínio de agressões físicas, com um crescimento da violência psicológica, apontada por 48%, pois, em 2013, esse percentual foi de 38%. É possível que esse dado represente o aumento da percepção da violência psicológica e não o aumento da violência em si. Outro aspecto detectado pela pesquisa foi que 21% das agredidas não procuram ajuda.

Fazendo um paralelo entre a relação violenta e o comportamento assertivo, Moraes e Rodrigues (2001) afirmam que o relacionamento conjugal é um dos contextos em que é necessário e importante o comportamento assertivo. Nesse sentido, Elias e Britto (2007) afirmam que quando o casal se relaciona de forma assertiva, sabe se comportar diante de possíveis desacordos. Vila (2005) defende que a assertividade está entre as principais habilidades sociais no contexto conjugal. DelPrette e Del Prette

(2012) expõem que muitos problemas conjugais têm suas origens nos déficits interpessoais e nas dificuldades generalizadas de expressão de sentimentos positivos, as quais comumente estão relacionadas com problemas na assertividade.

Em uma tentativa de compreender melhor o fenômeno da Violência contra a mulher e de contribuir para o debate sobre sua prevenção e/ou combate e enfrentamento, este trabalho se propõe a identificar e discutir o que a literatura científica aborda da relação entre Assertividade e Violência contra a mulher, identificando e categorizando a produção nacional acerca desta temática, considerando-se sua relevância para a área da psicologia.

## **1-DESENVOLVIMENTO**

### **1.1 –METODOLOGIA**

Para a realização do artigo 01, delimitou-se o início dos estudos através de uma revisão sistemática da literatura sobre a temática da violência doméstica e assertividade. Para isso, foram eleitos descritores que auxiliassem as buscas nas bases de dados, previamente escolhidas, além da realização de busca ativa. Em seguida, procedeu-se à leitura na íntegra de todos os trabalhos resultantes das buscas, para então, iniciar a elaboração de tabelas conforme perguntas norteadoras elaboradas e, posteriormente, análise e discussão desses resultados.

### **1.2 - RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Ao todo, somando-se os trabalhos resultantes das bases de dados aos trabalhos encontrados por busca ativa, foram encontrados 75 documentos, distribuídos entre as bases de dados da seguinte forma: 62 na Capes, 05 na Scielo e 06 na Lilacs. A busca ativa no catálogo de teses da CAPES resultou em 02 referências pertinentes ao tema.

Após esse passo da seleção, procedeu-se a leitura na íntegra de cada artigo a fim de averiguar a quantidade de referências que contemplariam o seguinte critério de pertinência: A referência relaciona a assertividade à violência?

Vale ressaltar que a inclusão de cada artigo dependeu de que este atendesse a ao critério de pertinência descrito acima.

A tabela abaixo descreve a quantidade total de artigos encontrados na pesquisa feita nas bases de dados.

**Tabela 01: Número de referências resultantes das buscas nos indexadores de acordo com os termos de busca e filtros aplicados.**

Base de Dados	Termos de Busca	Resultado das Buscas		
		Total Geral	Repetições	Total Final
CAPES	"violência" AND "assertividade"	28	0	28
	"mulher" AND "assertividade"	34	14	20
SCIELO	"violência" AND "assertividade"	4	3	1
	"mulher" AND "assertividade"	1	1	0
LILACS	"violência" AND "assertividade"	3	3	0
	"mulher" AND "assertividade"	3	1	2
<b>Total</b>		<b>73</b>	<b>22</b>	<b>51</b>

Fonte: Busca nos indexadores CAPES, SCIELO, LILACS.

Com base nos resultados descritos na Tabela 01, percebeu-se que o Portal da Capes foi a base de dados que mais apresentou referências de acordo com os termos de busca previamente definidos, totalizando, assim, um quantitativo de 62 artigos, do total geral de 73 encontrados nas referidas bases de dados.

Percebeu-se, ainda, que o total geral de referências encontradas, a partir dos termos de busca utilizados, foi de 73 artigos. No entanto, desconsiderando-se as repetições oriundas das buscas, que foram de 22 artigos, teve-se como resultado final um total de 51 artigos advindos das três bases de dados selecionadas.

Esse total final de 51 artigos, somado às duas teses encontradas por busca ativa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, resultando em 53 trabalhos, representa a quantidade de textos que foram lidos na íntegra a fim de encontrar aqueles que melhor se enquadravam no critério de pertinência previamente definido.

A partir da leitura na íntegra dos 53 artigos, com análise baseada no referido critério de pertinência, restaram 14 artigos que estão contidos no quadro 01 e que apresentaram relação entre violência e assertividade:

**Quadro 01: Referências que atenderam ao critério de pertinência, organizadas por ano de publicação**

Nº	Título dos artigos	Ano
A01	Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso (PADOVANI e WILLIAMS, 2002)	2002
A02	Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura (LEME, 2004)	2004
A03	Da utilização do preservativo masculino à prevenção de DST/Aids. (MADUREIRA, 2008)	2008
A04	O não reconhecido conflito societário: uma intervenção sociodramática (FREITAS e GUENZBURGER, 2009)	2009
A05	Indicativos de problemas de comportamento e de habilidades sociais em crianças: um estudo longitudinal (SILVA et all, 2010)	2010
A06	Direitos sexuais e reprodutivos na escola: avaliação qualitativa de um estudo piloto (MURTA et all, 2012)	2012
A07	Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei (SILVA et all, 2012)	2012
A08	Os comportamentos sexuais dos universitários portugueses de ambos os sexos em 2010 (REIS et all, 2012)	2012
A09	Políticas nacionais de atenção integral à saúde de adolescentes e jovens e à saúde do homem: interlocuções políticas e masculinidade (LOPES e MOREIRA, 2013)	2013
A10	Habilidades sociais, competência acadêmica e problemas de comportamento em crianças com diferentes níveis de plumbemia (DASCANIO et all, 2015)	2015
A11	Desafios contemporâneos da educação (DAVID, 2015)	2015
A12	Assertividade: Escala multidimensional e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2015)	2015
A13	Efeitos de um Programa de Prevenção à Violência no Namoro (MURTA et all, 2016)	2016
A14	Enfrentamento da violência conjugal pela valorização do comportamento assertivo: Um modelo de intervenção (ALVES, 2017)	2017

Fonte: Busca nos indexadores CAPES, SCIELO, LILACS e busca ativa no portal de periódicos da CAPES.

A partir da análise do quadro 02, é possível observar que os títulos dos artigos, de um modo geral, tratam de assuntos relacionados à habilidades sociais e conflitos, tais como conflitos com a lei, interpessoais, societários. Detectou-se, então, que o termo “violência” em vários estudos foi equiparado ao termo “conflito”. Além disso, ao analisar os anos de publicação, verifica-se que são estudos que foram publicados recentemente (a maioria nos últimos 10 anos), conduzindo ao entendimento de que, embora as discussões acerca da violência sejam relativamente antigas, os estudos direcionados à temática da relação entre a violência e a assertividade são novos e caminhando para maiores descobertas.



Após a seleção dos 14 documentos listados no quadro 02, os mesmos foram lidos novamente, adotando-se como perspectiva de análise as seguintes perguntas norteadoras:

A - Quais as áreas em que os textos foram publicados?

B-Quais os autores citados nos conceitos de assertividade que foram descritos?

C - Quais relacionam a violência envolvendo a mulher com o desenvolvimento de habilidades sociais, dentre elas a assertividade?

Com base em cada pergunta, foram elaboradas tabelas para análise e discussão, conforme apresentadas a seguir.

A Tabela 03 diz respeito à primeira pergunta norteadora, que buscou investigar em quais áreas os documentos foram localizados. Foi possível perceber que a área da psicologia foi a que deteve liderança em relação às demais, destacando-se com 50% do total de artigos. Sendo que os outros 50% foram distribuídos entre as áreas de Saúde, Administração, Geografia e Educação, que obtiveram 28,57%; 7,14%; 7,14%; 7,14%, respectivamente. Considerando-se que a Psicologia é uma área de interface entre as ciências humanas e a saúde, ao se somar os resultados da psicologia com o resultado da saúde, foram localizados 78,57% trabalhos sobre esses temas publicados nessas áreas, possivelmente devido à preocupação dos profissionais dessas áreas em relação ao impacto da violência na saúde física, psíquica e emocional do indivíduo.

**Tabela 03: Percentual de cada área onde os trabalhos foram localizados**

<b>ÁREA DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE DE ARTIGOS</b>	<b>%</b>
Psicologia	7	50%
Saúde	4	28,57%
Administração	1	7,14%
Geografia	1	7,14%
Educação	1	7,14%
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>	<b>100%</b>

Fonte: Busca nos indexadores SCIELO, CAPES, LILACS e busca ativa no portal de periódicos da CAPES.

A Tabela 04 apresenta quais foram os autores referenciados para conceituar a assertividade, bem como o percentual relativo a cada autor. Foi possível perceber a predominância da referência aos autores Del Prette e Del Prette (2003; 2010), cujo percentual foi de 42,85%, em detrimento dos outros autores com 14,28% nos trabalhos

que constituíram a amostra deste estudo. Este resultado pode ser explicado em virtude da longa caminhada destes autores dedicada ao estudo do campo das Habilidades Sociais, incluindo as habilidades assertivas.

Para Del Prette e Del Prette (2006), a assertividade é uma “classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões. Ela implica tanto na superação da passividade quanto no autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas” (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2006, p.175).

**Tabela 04: Percentual dos autores que foram referenciados nos conceitos de assertividade previamente encontrados**

<b>AUTORES</b>	<b>%</b>
Del Prette e Del Prette (1999, 2003, 2010)	42,85%
Deluty (1981)	14,28%
Bedell e Lennox (1997)	14,28%
David, C.M. <i>et all</i> (2015)	14,28%
Ferreira (2012)	14,28%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Busca nos indexadores SCIELO, CAPES, LILACS e busca ativa no portal de periódicos da CAPES.

Convém também ressaltar que o fato de Del Prete e Del Prette terem sido os autores mais frequentemente referenciados (Tabela 04) é compatível com o fato da área da psicologia ter sido a que mais se destacou na produção científica (Tabela 03) uma vez que a assertividade é um tema de interesse muito comum para psicólogos e pesquisadores e que os autores acima citados se tornaram referências de profissionais e investigadores da área que abordam o tema.

Dos 14 textos triados a partir da relação que, de alguma forma, fizeram relação entre violência e assertividade, procedeu-se um novo filtro a fim de selecionar aqueles que estabeleceram relação entre a violência envolvendo a mulher e as habilidades assertivas. Constatou-se que um percentual maior de referências (57,15% - A03, A04, A05, A07, A08, A09, A10, A11) relaciona a Assertividade com a Violência, porém um percentual menor (42,85% - A01, A02, A06, A12, A13, A14) a relacionam diretamente com a Violência contra a mulher.

Com base nos resultados deste estudo, pode-se inferir que a assertividade parece ser um tema pouco investigado no contexto da violência envolvendo a mulher

possivelmente em função de alguns fatores. Um deles é que alguns estudos que abordam esse tema não tratam diretamente da Assertividade, mas a sugerem implicitamente quando falam de formas não agressivas de resolução de conflitos, demonstrando ser este um termo que ainda não tem consistência terminológica. Sobre isso, Teixeira (2015) afirma: “O termo assertividade é largamente utilizado na Psicologia, nas diversas áreas de atuação: clínica, organizacional, saúde e educacional. No entanto, esse conceito vem sendo construído e reconstruído ao longo de mais de seis décadas e nem sempre há um consenso entre os diversos autores que dissertaram sobre o tema (...)”.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou aprofundar o estudo da relação entre a violência contra a mulher e a assertividade dentro das produções acadêmicas nacionais. Trata-se de um trabalho, de cunho conceitual, que constitui mais um passo rumo à utilização de procedimentos que caracterizam a revisão sistemática de literatura.

O presente trabalho mostrou na literatura, no período delimitado para a pesquisa, que a relação entre a violência contra a mulher e as habilidades sociais, dentre elas, a assertividade, passou a ser estudada recentemente, carecendo ainda, de mais estudos que aprofundem esta relação e, assim, ganhem consistência para ensejar práticas sólidas de enfrentamento e/ou prevenção da violência contra a mulher.

Os resultados apontam, ainda, certa confusão terminológica na área dos estudos relacionados à violência envolvendo a mulher, uma vez que se percebeu que o termo assertividade não encontra-se devidamente estabelecido na literatura acadêmica, podendo, por vezes, ser confundido e associado à termos diversos, como empoderamento e auto estima. Além disso, o próprio termo violência apresentou outros termos equiparados a seu significado, como por exemplo, o termo conflitos. Estes achados possuem implicações teórico-metodológicas para a atuação prática de profissionais que atuam nesta área.

Retoma-se, assim, as considerações de Hanada *et all* (2010) sobre o impacto do conceito que se tem sobre um fenômeno sobre as ações práticas que se adota em relação a ele: “as intervenções dirigidas às mulheres ou às outras pessoas envolvidas na situação de violência são delineadas a partir da compreensão que os profissionais e os serviços têm sobre o fenômeno e as necessidades dessas pessoas” (p. 39).

Com isso, percebem-se esforços crescentes direcionados para a compreensão do fenômeno da violência em seu combate e enfrentamento, com destaque para sua relação com o tema das habilidades sociais, dentre elas, a assertividade. Portanto, acredita-se que o presente estudo, de cunho teórico-metodológico, aponte a necessidade de se levar em conta que a compreensão do fenômeno da violência envolvendo a mulher, em suas várias esferas de interação, é fundamental para delinear ações concretas relacionadas à prevenção, combate e enfrentamento dessa violência.

Além disso, percebeu-se também que a Assertividade é um termo comum entre os psicólogos, mas relativamente desconhecido nas outras áreas, pois em alguns contextos identificou-se associações entre o conceito de assertividade e os conceitos de empoderamento e auto estima. Sendo assim, já que o uso da expressão assertividade parece ainda não estar bem estabelecido em algumas áreas fora da Psicologia, o que possivelmente representa uma dificuldade para se encontrar trabalhos na literatura científica, em futuros estudos, sugere-se a inclusão de outros termos de busca, tais como empoderamento, auto estima, defesa de direitos, que possam tangenciar o conceito de assertividade.

Pontua-se que trabalhos futuros poderão levar em conta a pertinência de considerar expressões outras que não assertividade que, embora não façam referência a assertividade, podem ser traduzidas como sendo. Assim, ao invés de excluir esses trabalhos da análise, eles podem enriquecer o trabalho e contribuir para o diálogo entre diferentes áreas.

Destaca-se também que a literatura trata mais da agressividade e pouco sobre formas não agressivas de interação social. Nessa linha de raciocínio pode-se afirmar que observa-se na literatura uma ênfase no problema, enquanto que a Assertividade representa uma possibilidade que caminha em outro sentido, o sentido da busca de solução para o problema, para o seu enfrentamento e/ou prevenção do mesmo.

Quanto ao termo Violência, detectou-se que ele é associado aos termos agressividade e conflitos. Daí sugere-se que estes outros termos possam ou devam ser incluídos como palavras de busca em estudos sobre a violência. Percebeu-se, ainda, que quando a violência é discutida no contexto escolar e/ou em situações envolvendo crianças e/ou adolescentes parece ser mais comum se localizar estudos sobre a agressividade ou comportamento agressivo.

## REFERÊNCIAS

- Alves, J. L. (2017). *Enfrentamento da violência conjugal pela valorização do comportamento assertivo: um modelo de intervenção*. Tese de doutoramento não publicada, Promoção de Saúde, Universidade de Franca, Franca, SP.
- Silva, H.M.G., Lemes, S.S., & David, C. M. (2015). *Desafios contemporâneos da educação*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Dascanio, D., Del Prette, A., Barham, E.J., Rodrigues, O.M.P.R., Fontaine, A.M.G.V., & Del Prette, Z.A.P. (2015). Habilidades sociais, competência acadêmica e problemas de comportamento em crianças com diferentes níveis de plumbemia. *Psicologia. Reflexão e Crítica.*, pp.166-176.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2003). Assertividade, sistema de crenças e identidade social. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, p. 125-136.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2006). *Habilidades Sociais: Conceitos e campo teórico-prático*. Texto online, disponibilizado em: <http://www.rihs.ufscar.br>.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2010). *Psicologia das relações interpessoais: Vivências para o trabalho em grupo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Del Prette, A. & Del Prette, Z. A. P. (2012). *Psicologia das Habilidades Sociais: terapia, educação e trabalho*. Petrópolis: Vozes.
- Elias, P. V. O., & Britto, I. A. G. S. (2007). A função da assertividade no relacionamento afetivo. In R. R. Starling. *Sobre Comportamento e Cognição: temas aplicados*. Vol. 19, (pp.23-36). Santo André: ESETEC.
- Freitas, J.A.S.B & Guenzburger, H.L.R. (2009). O Não reconhecido conflito societário: Uma intervenção sociodramática. *Revista de Gestão USP*, São Paulo, p. 31-47.
- Granja, E., & Medrado, B. (2009). Homens, Violência de Gênero e Atenção integral em saúde. *Psicologia Social*, pp.25-24.
- Hanada, H., D'oliveira, A. F. P. L. & Schraiber, L. B. (2010). Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. *Revista de Estudos Feministas*, pp. 33-60.
- Leme, M.I.S. (2004). Resolução de Conflitos Interpessoais: Interações entre Cognição e Afetividade na Cultura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, pp.367-380.
- Lopez, S.B. & Moreira, M.C.N. (2013). Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Ciência saúde coletiva*, pp.743-752.

- Madureira, V. S. F. & Trentini, M. (2008). Da utilização do preservativo masculino à prevenção de DST/aids. *Ciência saúde coletiva*, pp.1807-1816.
- Marques, S.P & Pacheco, F.C. (2009). Refletindo sobre a violência doméstica contra a mulher. *Investigação*, pp. 55-62.
- Moraes, C. G. A. & Rodrigues, A. S. Terapia de Casais. (2001). In B. Range: *Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: um diálogo com a psiquiatria*. (pp.513-522). Porto Alegre: Artmed, 2001.
- Murta, S.G.; Rosa, I.O.; Menezes, J.C.L.; Rieiro, M.R.S.; Borges, O.S.; Paulo, S.G.; Oliveira, V.; Ribeiro, D.C.; Del Prette, A. & Del Prette, Z. (2012). Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola: Avaliação Qualitativa de um Estudo Piloto. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, pp. 335-344.
- Murta, S. G.; Moore, R.A.; Miranda, A.A.V.; Cangussú, E.D.A.; Santos, K.B.; Bezerra, K.L.T & Veras, L.G. *Efeitos de um Programa de Prevenção à Violência no Namoro*. *Psico-USF*, pp.381-393.
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (2012). Fatores de risco e de proteção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo. In: *Prevenção da Violência sexual e da Violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência*.
- Padovani, R.C. & Williams, L.C.A. (2002). Intervenção Psicoterapêutica com agressor conjugal: Um estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, pp. 13-17.
- Reis, M.; Ramiro, L.; Matos, M.G. & Diniz, J.A. (2012). Os comportamentos sexuais dos universitários portugueses de ambos os sexos em 2010. *Rev Port Saúde pública*, pp. 105–114.
- SenadoFederal. (2017). Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. *Instituto de pesquisa data senado*. Brasília: Senado Federal.
- Silva, J.M.; Rossi, R.; Junior, A.B.C. & Ornat, M.J. (2012). Espaço, masculinidades e adolescentes em conflito com a lei. *Geografia UERJ*, pp. 136-166.
- Silva, A.T.B.; Marturano, E.M. & Freiria, L.R.B. (2010). Indicativos de problemas de comportamento e de habilidades sociais em crianças: um estudo longitudinal. *Psicologia Reflexão Crítica*.
- Teixeira, C.M. (2015). *Assertividade: escala multimodal e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho*. Tese de doutoramento, Universidade Federal de São Carlos, SP.
- Villa, M.B. (2005). *Habilidades Sociais no casamento: avaliação e contribuição para a satisfação conjugal*. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, ciências e letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.

## 2.2 ARTIGO CIENTÍFICO 2

### AValiação DA ASSERTIVIDADE DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PRATICADA POR PARCEIRO ÍNTIMO

Mayka Caroline Martins da Cunha<sup>1</sup>  
Sílvia Canaan Moraes de Oliveira<sup>2</sup>  
Marcelo Quintino Galvão-Baptista<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil

<sup>3</sup>Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil

#### RESUMO

O escopo desta pesquisa é avaliar as habilidades sociais assertivas de 25 mulheres em situação de violência praticada por parceiro íntimo que são “partes” em processos judiciais nas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Fórum Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, na cidade de Belém-PA. A abordagem foi quantitativa, com os dados tendo sido coletados por meio da aplicação do Inventário de Habilidades Assertivas - IHA. Os resultados indicam que a média de frequência de comportamentos assertivos foi de um *repertório mediano*, sendo que 44% apresentou *repertório deficitário em habilidades assertivas*. Portanto, foi possível constatar que todas as participantes são elegíveis para um Programa de Treino de Habilidades Sociais, o qual inclui o treino de habilidades assertivas.

**Palavras-chave:** Avaliação, Assertividade, Violência contra a Mulher, Habilidades Sociais.

#### ABSTRACT

The scope of this research is to assess the assertive skills of 25 women in intimate partner violence who were “parts” in criminal proceedings in Criminal Courts of Domestic and Family Violence against Women in the Court of Justice of Pará, in the city of Belém. The approach was quantitative, with the data have been collected through the application of Inventário de Habilidades Assertivas (Assertive Skills Inventory). The results showed that the participants’ frequency median of assertive behaviors was of a median repertoire, with 44% of them having shown repertoire deficit in assertive skills. Therefore, it was established that all the participants are eligible to a Social Skills Training Program, which includes assertive skills training.

**Key-words:** Assessment, Assertiveness, Violence Against Women, Social Skills.

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará

<sup>2</sup>Psicóloga, Doutora em Psicologia; Professora Associada da UFPA; Coordenadora do NEVIDA - Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Violência Doméstica; Pesquisador da REDETAC – Rede de Colab. em Pesquisa em Terapias Analítico-Comportamentais.

<sup>3</sup>Psicólogo, Doutor em Educação; Professor Associado da UFPA.

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que, no Brasil, a violência doméstica contra a mulher apresenta elevados índices, alcançando mulheres de todas as classes sociais, raças, etnias, idades, escolaridades e culturas (MARQUES EPACHECO, 2009). Sabe-se também que, além de ser recorrente, o drama da violência contra a mulher é aprisionante, abala a autonomia, destrói a autoestima, diminui a qualidade de vida, causando desestruturação pessoal, familiar e social, o aumento dos custos com cuidados à saúde, o absenteísmo no trabalho etc (NETO *et all*, 2014). Por fim, alguns estudos mostram que a violência contra a mulher gera prejuízos nas esferas do seu desenvolvimento físico, cognitivo, social, moral, emocional ou afetivo (KASHANI E ALLAN, 1998).

No ano de 2015, por exemplo, o Senado Federal (2017) ouviu cerca de 1.102 mulheres brasileiras e apurou que 63% delas acreditavam que a violência doméstica estava aumentando em nosso país. Nessa pesquisa, aproximadamente metade das brasileiras vítimas de violência doméstica (49%) relatou que teve como agressor o próprio marido ou companheiro. No que se refere ao tipo de violência sofrida, 66% das mulheres entrevistadas declararam haver um predomínio de agressões físicas, com um crescimento da violência psicológica, apontada por 48%, pois, em 2013, esse percentual foi de 38%. Esta pesquisa também mostrou que houve um crescimento na percepção de desrespeito às mulheres: 43% das entrevistadas afirmaram que as mulheres não eram tratadas com respeito no Brasil enquanto que em 2013, 35% haviam tido essa percepção.

Conforme os resultados da pesquisa do Senado Federal (2017), houve um crescimento na percepção de desrespeito às mulheres: 43% das entrevistadas indicaram que as mulheres não eram tratadas com respeito no Brasil enquanto que em 2013, 35% haviam tido essa percepção. Então, por ser o Brasil um país em que prevalece o desrespeito à condição feminina, as mulheres parecem precisar afirmar e lutar por seus direitos cotidianamente. Nesse contexto, as habilidades sociais assertivas podem ser não apenas úteis, mas necessárias, pois incluem defender os próprios direitos e respeitar os do outro (CABALLO, 1999; LANGE E JAKUBOWSKI, 1976). Então, considerando a elevada prevalência de casos de violência doméstica, nosso país constitui um contexto em que a assertividade é uma habilidade não somente útil, mas também bastante demandada das mulheres.



No Brasil, a violência contra as mulheres é matéria de uma lei específica – Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), mais conhecida como Lei Maria da Penha, que busca garantir os direitos da mulher, além da prevenção e punição de casos de violência doméstica e familiar. Em seu artigo 5º, a referida Lei dispõe que entende-se por violência doméstica toda espécie de agressão (ação ou omissão) dirigida contra a mulher num determinado ambiente (doméstico, familiar ou de intimidade), baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, com quem o(a) agressor(a) conviva ou tenha convivido, independente de coabitação, bastando que mantenham, ou já tenham mantido, um vínculo de natureza familiar, sendo o caso de um relacionamento que caracterize casamento, convivência (relação heterossexual ou homo afetiva) ou mesmo namoro, com algum homem (ou mulher) e que, findo o relacionamento, esteja sofrendo algum tipo de constrangimento físico ou psicológico decorrente de inconformismo do (a) ex parceiro (a), caracterizando a relação íntima de afeto independente de coabitação. Acredita-se que a proposição de uma definição para a violência doméstica contra a mulher praticada por parceiro íntimo tenha sido uma contribuição importante introduzida por esta Lei.

A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) trouxe ainda outros avanços para o combate e enfrentamento da violência contra a mulher no Brasil. Um deles foi a tipificação da violência doméstica e familiar em 5 categorias: Violência física, patrimonial, psicológica, moral e sexual. Outro avanço foi a ampliação da noção de contexto familiar, o qual passou a ser constituído pela comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

Embora a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) tenha utilizado e definido a expressão *violência doméstica*, convém destacar que muitas outras denominações são usadas para se referir à violência contra a mulher que é praticada por parceiro íntimo tais como violência conjugal, violência de gênero, violência familiar e outras. Entretanto, no âmbito do presente estudo será utilizado o termo Violência Doméstica, baseado em um estudo de Cnaanet *all* (2018), que buscou examinar o uso das expressões ou termos relacionados à violência envolvendo a mulher na literatura científica ligada à segurança pública. Os resultados mostraram que o maior percentual de artigos (40,65%) foi resultante da combinação entre os descritores “violência doméstica” e “segurança pública”, sugerindo, portanto, que em relação à temática da

segurança pública, a terminologia “violência doméstica” foi a mais trabalhada pelos autores para se referirem ao estudo da violência contra a mulher.

Apesar da enorme contribuição trazida pela Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e outros mecanismos de proteção incluindo a implantação de uma rede de enfrentamento da violência contra as mulheres (delegacias da mulher, casas-abrigo, centros de referência) e o avanço de políticas públicas nessa temática em nosso país, constata-se ainda o silêncio ou a dificuldade de posicionamento de muitas mulheres diante da situação de violência, o que contribui para a sua permanência em relações abusivas. Cardoso (1997), por exemplo, reconhece que a mulher expressa, por meio do seu comportamento na relação amorosa, uma necessidade de manter tal relação, nem que, para isso, tenha de assumir total responsabilidade pelo que ocorre no relacionamento. Para este autor, isso pode estar associado ao processo de socialização feminina tradicional segundo o qual a mulher, para ser considerada completa, deve ter um parceiro amoroso permanente. Seguindo essa linha de raciocínio, Cardoso (1997) explica porque, então, insistir num relacionamento após sucessivos episódios de violência ou retornar à relação após a separação pode se tornar uma constante na vida de muitas mulheres que sofrem violência conjugal.

Diversos autores (ALMEIDA, 2018; FRANCISQUETTI, 2005; PORTO e BUCHER-MALUSCHKE, 2014; SOUZA E DA ROS, 2006) discutem a questão da permanência da mulher em uma relação de violência doméstica praticada por (ex) parceiro íntimo ou a sua dificuldade de romper o ciclo da violência. Porto e Bucher-Maluschke (2014) realizaram um estudo qualitativo por meio de entrevistas semi estruturadas e análise de conteúdo visando identificar o que pensavam psicólogas (n=12) que atendiam ou atenderam mulheres em situação de violência doméstica/conjugal, e as motivações para a permanência de algumas delas nessas situações. Os resultados indicaram que a força do patriarcado, as marcas identitárias do amor romântico e os ganhos secundários das mulheres na experiência vivida foram fatores que motivaram as participantes a permanecerem em situação de violência. Foi também observado que as psicólogas consideraram a determinação sociocultural do fenômeno da violência contra as mulheres na construção do sofrimento psíquico e da intervenção proposta.

Outra pesquisa foi conduzida Souza e Da Ros (2006) para investigar os motivos para a permanência da mulher em um relacionamento violento. Os autores entraram em contato com 47 mulheres deste número, apenas 20 aceitaram participar da pesquisa.

Vale ressaltar que entre as mulheres que não aceitaram participar, cinco tomaram essa decisão por terem se reconciliado com o marido agressor. Os autores realizaram cinco encontros, com duração de quatro horas cada um, com 20 mulheres que haviam sido atendidas no Centro de Atendimento às Vítimas de Crime (CEVIC) em Florianópolis; eles gravaram em áudio e posteriormente transcreveram os diálogos dos encontros; depois fizeram uma análise qualitativa dos dados utilizando o método de análise de conteúdo. Os principais motivos encontrados por Souza e Da Ros (2006) para a permanência das mulheres em relacionamento violento foram: medo de ficar sozinha, dependência financeira e submissão ao marido, sentimento de pena do marido, duração do relacionamento, criação dos filhos e falta de apoio dos familiares e amigos.

Também partindo do pressuposto de que mulheres em situação de violência praticada pelo parceiro tendem a permanecer no relacionamento abusivo por anos, Almeida (2018) realizou um estudo com o objetivo de identificar as variáveis que mantêm as mulheres em um relacionamento violento. As participantes foram 30 mulheres adultas que estavam em uma Casa-Abrigo após terem prestado queixa na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de São Luís-MA. Os instrumentos de coleta de dados foram uma escala do tipo Likert para identificação de forma e grau de violência contra a mulher e um roteiro de entrevista com as participantes que incluía perguntas sobre os motivos alegados para permanecer, histórico de relacionamentos familiares e expectativa quanto ao futuro da relação. A maioria das mulheres tinha ensino médio completo, estava em união estável por mais de cinco anos, com pelo menos um filho fruto do relacionamento e não possuía trabalho formal. Todas as entrevistadas sofriam violência psicológica, física e sexual em médio ou alto grau. Os principais motivos alegados para permanência das mulheres no relacionamento foram: ausência de apoio familiar e amigos (80%), dependência financeira (70%), modelo de passividade das mulheres que sofreram violência na família das entrevistadas (70%), modelos de relacionamentos violentos (56%), expectativa de mudança do comportamento do parceiro (40%) e presença de filhos no relacionamento (22%). Almeida (2018) discutiu esses resultados ressaltando a necessidade de se ensinar novos modelos de relacionamento, novos padrões de comportamento que não apenas impeçam a violência de ocorrer, mas que possam encerrar o ciclo de violência. Essa autora também enfatiza que, no aspecto preventivo, é importante se trabalhar com jovens a desconstrução de antigas regras sociais e o ensino de habilidades sociais conjugais.

O tema específico das habilidades sociais conjugais de mulheres em situação de violência doméstica foi alvo de um estudo conduzido por Cardoso (2017), o qual teve como objetivo analisar a relação entre habilidades sociais e satisfação conjugal de 23 mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo de uma instituição especializada no atendimento a mulheres em situação de violência. As participantes responderam três instrumentos: Questionário sobre Grau e Forma de Violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo, Escala de Satisfação Conjugal, e Inventário de Habilidades Sociais Conjugais. Os resultados mostraram que os níveis mais elevados de situações de violência que as participantes relataram ter vivenciado foi de natureza psicológica e que o nível de satisfação conjugal relatado foi inversamente proporcional às situações de violência perpetrada por parceiro íntimo. Além disso, as mulheres se autoavaliaram com um repertório total deficitário de habilidades sociais conjugais, principalmente nas classes de “expressividade/empatia”, “autoafirmação assertiva” e “autocontrole proativo”, evidenciando dificuldades quanto a expressar sentimentos e pensamentos na relação conjugal, a garantir seus direitos à individualidade na relação, demonstrar compreensão empática, reconhecer os sinais de alteração fisiológica em si e no outro. Cardoso (2017) discute os resultados de seu estudo apontando a importância do treinamento de habilidades sociais conjugais específicas para essa população e que o uso de habilidades sociais se contrapõe a relacionamentos violentos. Nesse sentido, este estudo contribui para a compreensão das classes de habilidades sociais conjugais que podem ser alvo de intervenção junto à população de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. Portanto, pode-se concluir que o treino dessas habilidades, não só para a mulher, mas para o casal, pode se constituir como ferramenta essencial para o desenvolvimento de relacionamentos socialmente competentes, pautados no respeito ao outro e ampliação da satisfação conjugal.

Del Prette e Del Prette (2012) pontuam que muitos problemas conjugais têm suas origens nos déficits interpessoais e nas dificuldades generalizadas de expressão de sentimentos positivos. Um comportamento socialmente habilidoso deve incluir a capacidade de o indivíduo obter satisfação pessoal e, ao mesmo tempo, desenvolver e manter relacionamentos mutuamente benéficos e sustentadores (FALCONE, 2001). Falcone e Ramos (2001) apontam que o indivíduo socialmente competente tem inclinação para compreender e atender às necessidades dos outros e, ao mesmo tempo, as suas próprias necessidades, gerando um equilíbrio na relação. Murta *et all* (2014), por sua vez, consideram que a permanência e a aceitação na relação abusiva é facilitada

pela existência de déficits de habilidades sociais no repertório comportamental, os quais são reforçados por crenças mal adaptativas sobre a relação conjugal.

O campo teórico-prático das Habilidades Sociais teve origem na Psicologia Clínica e do Trabalho, tendo Del Prette e Del Prette (2006; 2012; 2013) se tornado as principais referências da área. Para estes autores, “as habilidades sociais são definidas como uma classe de respostas comportamentais, onde os comportamentos aprendidos e socialmente aceitáveis permitem ao indivíduo interagir efetivamente com outros e evitar ou fugir de comportamentos não aceitáveis que resultem em interações sociais negativas” (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2013, p.57). Portanto, para estes autores, o termo *habilidades sociais* refere a classes de comportamentos no repertório do indivíduo para manejar de forma adequada demandas das interações sociais.

Dentre as habilidades sociais que se destacam no contexto conjugal está a assertividade (MORAES E RODRIGUES, 2001; VILA, 2005). Elias e Britto (2007) afirmam, por exemplo, que quando o casal se relaciona de forma assertiva, sabe se comportar diante de possíveis desacordos.

Agir assertivamente significa defender-se em situação de injustiça ou, no mínimo, buscar restabelecer uma norma que, quando rompida, causa algum tipo de prejuízo à pessoa ou a seu grupo (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2013). Por sua vez, Lange e Jakubowski (1976) concebem a assertividade como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro. De qualquer modo, vale ressaltar que a ideia principal subjacente ao conceito de assertividade é o reconhecimento e defesa de direitos. Nessa linha de raciocínio, Del Prette e Del Prette (2006) afirmam que na “base do conceito de assertividade encontra-se a expressão apropriada de sentimentos negativos, a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana” (p.175). Então, é evidente que a assertividade é uma habilidade social frequentemente demandada de mulheres em situação de violência.

Portanto, a assertividade é uma “classe de habilidades sociais de enfrentamento em situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com controle de ansiedade e expressão apropriada de sentimentos, desejos e opiniões” (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2006, p.175). É uma classe ampla que pode ser desdobrada em diversas subclasses, tais como manifestar opinião, concordar, discordar; fazer, aceitar e recusar pedidos; desculpar-se e admitir falhas; estabelecer relacionamento afetivo/sexual;

encerrar relacionamento; expressar raiva e pedir mudança de comportamento; interagir com autoridades; lidar com críticas (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 1999). Assertividade implica tanto na superação da passividade quanto no autocontrole da agressividade e de outras reações não habilidosas (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 2006).

Neste sentido, a expressão comportar-se assertivamente significa desempenhar, de forma socialmente competente, as Habilidades Sociais da classe assertividade. Em outras palavras, ao comportar-se assertivamente, o indivíduo produz simultaneamente consequências imediatas reforçadoras para si (dimensão instrumental) e torna prováveis consequências reforçadoras de médio e longo prazo para o grupo no qual está inserido (dimensão ético-moral) mantendo, portanto, um equilíbrio nas relações. Dai porque afirmar que a conduta assertiva é a mais competente socialmente (TEIXEIRA *et all*, 2016).

Uma tentativa de classificar os tipos de consequências produzidas por comportamentos assertivos/agressivos/passivos consiste em diferenciá-las quanto à questão da aprovação social. Assim, em termos funcionais, pelo menos dois conjuntos de consequências da assertividade/agressividade/passividade são referidos na literatura: (a) as consequências de aprovação/desaprovação; e (b) outras consequências (consequências reforçadoras ou aversivas diversas) (CUNHA E TOURINHO, 2010). Percebe-se, portanto, que a assertividade dentro da relação conjugal traz consigo a possibilidade de ser ou não aprovado ou não pelo cônjuge, ou ainda, ser ou não reforçado. É possível que a mulher tenha seu comportamento controlado por essas variáveis dentro da relação, com o intuito de sempre buscar agradar ao companheiro e, assim, manter-se na relação de violência.

Outra teoria que se propõe a explicar a não assertividade de um indivíduo é o modelo denominado de inibição recíproca por ansiedade, proposto por Wolpe (1958). Segundo este autor, os déficits assertivos podem ocorrer pelo efeito inibidor da ansiedade, ou seja, situações sociais previamente pareadas com estímulos aversivos eliciariam respostas de ansiedade que, por sua vez, inibiriam respostas assertivas.

Bandeira *et all* (2005) realizaram um estudo de amostra aleatória com 135 universitários, de ambos os sexos, com idade média de 25 anos. Foram examinados o comportamento assertivo e sua relação com ansiedade. Dentre os resultados obtidos, os autores observaram uma relação inversa entre o comportamento assertivo e o grau de

ansiedade, pois quanto maior era a ansiedade manifesta pelos estudantes, menor era a assertividade relatada.

Os resultados descritos acima sugerem que ansiedade possa constituir um fator que interfere na emissão do comportamento assertivo, dando suporte ao modelo desenvolvido por Wolpe, com base no condicionamento respondente (DEL PRETTE E DEL PRETTE, 1999).

A assertividade pode ser avaliada através de um inventário elaborado a partir de uma tese de doutorado (TEIXEIRA, 2015), denominado Inventário de Habilidades Assertivas. A amostra desta tese foi de 190 mulheres maranhenses (São Luís), com idade média de 41,16 anos ( $DP= 9,4$ ), escolaridade superior, inseridas no mercado de trabalho nos setores da Educação e Saúde. A versão inicial do instrumento está em processo de validação, produzido com base nos itens do Inventário de Habilidades Sociais (IHS) de Del-Prette e Del-Prette (2016). A principal diferença deste instrumento é, sem dúvida, a de avaliar a frequência autorrelatada da resposta assertiva frente a diferentes demandas sociais, e, adicionalmente, outros elementos relacionados com a assertividade, como desconforto, efetividade da resposta assertiva, adequação social e adequação pessoal da respondente acerca da resposta assertiva.

Este estudo teve por objetivo avaliar o comportamento assertivo de 25 mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo da cidade de Belém, Pará utilizando o Inventário de Habilidades Assertivas (TEIXEIRA, 2015).

## **MÉTODO**

A pesquisa de campo, artigo 02, seguiu a rotina de leitura bibliográfica sobre o tema, análise e familiarização com o instrumento utilizado, delimitação do lócus da pesquisa, autorizações necessárias, especificação do período de coleta de dados, bem como, definição do perfil das participantes da pesquisa. Feito isto, o IHA foi aplicado e, em seguida, os dados foram analisados a partir de um programa estatístico específico, destinado a análise dos dados do referido instrumento. Por fim, os dados foram analisados e discutidos.

## **RESULTADOS**

A Tabela 06 refere-se à caracterização da amostra. A respeito da faixa etária, percebeu-se que a maioria (48%) das mulheres encontra-se na faixa etária de 40-49 anos. Com relação à escolaridade, a maioria (36%) possui nível superior completo ou incompleto. Por fim, 60% das mulheres possuem cerca de um ou dois filhos com o parceiro íntimo.

**Tabela 06: Caracterização da amostra na qual o IHA foi aplicado**

Variável	Categoria	Percentual	Nº de participantes
Faixa Etária (em anos)	29-39	32%	08
	40-49	48%	12
	50-59	12%	03
	60-69	8%	02
Escolaridade	Fundamental	32%	08
	Comp/Incomp	32%	08
	Médio Comp/Incomp	36%	09
Nº de Filhos	Superior	36%	09
	Comp/Incomp		
	0	28%	07
Tipo de Violência	1-2	60%	15
	3-4	12%	03
	Violência Física	100%	25

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

O levantamento do tempo de duração do relacionamento afetivo no qual as participantes estavam inseridas no momento em que deram início ao processo judicial em razão do qual compareceram às Varas de Violência contra a Mulher resultou no seguinte: dos 25 processos analisados, em 13 deles (52%) essa informação foi encontrada e em 12 deles (48%) essa informação não foi localizada. Nestes processos, o tempo de duração do relacionamento afetivo foi especificado no estudo social realizado pela equipe multidisciplinar, uma vez que é esta quem trata de aprofundar detalhes acerca do relacionamento. A Tabela 07 mostra o resultado da análise dos dados de 13 participantes em cujos processos foi localizada a informação sobre a variável “tempo de duração do relacionamento afetivo”. Observa-se que a maioria das participantes (46,15%) permaneceu na relação violenta por um período entre 05-07 anos.

**Tabela 07: Tempo de duração do relacionamento em anos de mulheres em situação de violência doméstica**



<b>Variável</b>	<b>Categoria</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de participantes</b>
Duração do relacionamento (Em anos)	3 à 4anos	30,76%	4
	5 à 7 anos	46,15%	6
	8 à 10 anos	15,38%	2
	Mais de 10 anos	7,70%	1
<b>Total</b>		100%	13

Fonte: Resultados da aplicação do Inventário de Habilidades Assertivas – IHA (Teixeira, 2015)

Os resultados mostrados na Tabela 08 são correspondentes à pontuação mínima, máxima e média obtida pelas participantes em todos os indicadores de autorrelato de respostas assertivas do IHA. Os dados apontam que a frequência média de resposta foi de 21,24, tendo, portanto, as participantes apresentado um *repertório mediano* de frequência de autorrelato de assertividade. A participante que pontuou menos obteve 9 e a que pontuou mais obteve 44, destaca-se que a pontuação máxima que cada participante poderia obter era de 64 pontos. Vale ressaltar que, embora a frequência média de 21,24 indique um repertório mediano de respostas assertivas, esse quantitativo apresenta considerável proximidade com a pontuação de repertório deficitária de habilidades assertivas (Ver Tabela 08).

A Tabela 08 refere-se ao nível de desconforto das participantes ao emitirem respostas assertivas. Nesse caso, quanto maior é o desconforto experimentado pela participante, maior é o seu nível de ansiedade frente à emissão das respostas assertivas. Por meio desta tabela é possível perceber que a pontuação obtida pela média das participantes indica um desconforto mediano (23,24) ao emitirem esses comportamentos.

A análise da tabela 08 indica, ainda, o alcance dos objetos das participantes ao emitirem respostas assertivas. A média de 25,6 indica que as participantes acreditam que seus objetivos são alcançados com pouca frequência em detrimento da emissão dos comportamentos assertivos.

A Tabela 08 também diz respeito à percepção das participantes quanto à avaliação social de seus comportamentos assertivos. A média desta categoria foi de 31,84, o que indica que a maioria das participantes avaliam que a comunidade verbal reprova a emissão de comportamentos assertivos:-

A Tabela 08 refere-se ainda à avaliação pessoal das participantes quanto aos seus comportamentos assertivos. A média desta categoria foi de 40,28, indicando que a

maioria das participantes acredita que seu comportamento assertivo é *não adequado e nem inadequado* (Ver Tabela 05).

**Tabela 08: Pontuação mínima, máxima e média obtida pelas participantes em todos os indicadores do IHA.**

<b>Indicadores</b>	<b>Pontuação Mínima</b>	<b>Pontuação Máxima</b>	<b>Média</b>
Frequência	9	44	21,24
Desconforto	3	37	23,24
Alcance dos Objetivos	13	40	25,6
Avaliação Social	13	49	31,84
Avaliação Pessoal	20	52	40,28

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

A análise da Tabela 09 aponta que 44% das participantes (n=11) apresentam *repertório deficitário de habilidades assertivas*. Além disso, a Tabela 09 indica que 44% das participantes (n=11) apresentam repertório mediano. E, apenas 12% das participantes (n=3) apresentam um *bom repertório* de habilidades assertivas.

A Tabela 09 mostra que a maiorias das mulheres (88%) apresentam *repertório deficitário* ou *mediano* na emissão de respostas assertivas. Apenas 03 participantes apresentaram um *bom repertório* de comportamentos assertivos. Destacando que nenhuma das mulheres apresentou *repertório elaborado*. Sendo assim, o presente estudo sugere intervenções como o Treino de Habilidades Sociais Assertivas (THSA) para todas as 25 mulheres, uma vez que, mesmo as que apresentaram um *bom repertório* podem por meio deste tipo de intervenção modelar e fortalecer com possibilidades de pós intervenção alcançar um *repertório elaborado* de respostas assertivas.

**Tabela 09: Dados sobre o indicador de *Frequência* de autorrelato de respostas assertivas**

<b>Conclusão com base no IHA*</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Repertório Deficitário de RA**	44%	11
Repertório Mediano de RA**	44%	11
Repertório Bom de RA**	12%	3

Repertório Elaborado de RA**	0%	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>25</b>

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

Legenda: \*Inventário de Habilidades Assertivas

\*\* Respostas Assertivas

A análise da Tabela 10 indica que 24% das mulheres descreveram não sentir nenhum sentimento de desconforto frente à emissão de respostas assertivas; 40% das mulheres apresentaram um nível mediano de desconforto com a emissão assertiva e 36% apresentaram muito desconforto ao emitirem comportamentos de assertividade, ou seja, estas últimas experimentaram nível considerável de ansiedade ao emitirem uma resposta assertiva. Percebe-se que 64% das mulheres relatam não sentirem nenhum ou sentirem um médio desconforto.

**Tabela 10: Dados sobre o indicador de *Desconforto* de emissão de respostas assertivas**

<b>Desconforto</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Nenhum	24%	6
Médio	40%	10
Muito	36%	9
Muitíssimo	0%	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>25</b>

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

De acordo com a Tabela 11, o autorrelato de alcance de objetivos ao emitirem respostas assertivas, tem-se que, 8% das mulheres, mesmo quando emitem respostas assertivas, avaliam que não alcançam os objetivos esperados. Em seguida, 72% das mulheres avaliam que alcançam seus objetivos com pouca frequência ao emitirem respostas assertivas. Somando-se esses percentuais, observa-se que 80% das participantes avaliam que, ou não alcançam, ou alcançam pouco os objetivos instrumentais ao emitirem respostas assertivas, ou seja, a maioria das mulheres, quando tentam se comportar de modo assertivo, não alcança o objetivo esperado.

**Tabela 11: Dados sobre o indicador de *Alcance de Objetivos* com a emissão de respostas assertivas**

<b>Alcance dos Objetivos</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Nunca ou Raramente	8%	2
Pouca Frequência	72%	18
Regular Frequência	20%	5
Com Muita Frequência	0%	0
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>0</b>

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

A Tabela 12 indica o percentual cumulativo referente à avaliação social. Com base nesta tabela, para 8% das mulheres seus comportamentos assertivos são muito reprovados socialmente. Para 56% das mulheres, seus comportamentos assertivos são *reprovados* socialmente. Somando-se esses dois percentuais, tem-se que 64% das mulheres acreditam que suas respostas assertivas são socialmente *reprovadas*. Além disso, 40% das mulheres acreditam que a sociedade nem aprova e nem reprova comportamentos assertivos e, apenas 4% (n=01) acredita que seus comportamentos assertivos são socialmente aprovados.

**Tabela 12: Dados sobre o indicador de *Avaliação Social* da emissão de respostas assertivas**

<b>Avaliação Social</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Reprova Muito	8%	2
Reprova	56%	14
Nem aprova, nem reprova	32%	8
Aprova	4%	1
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>25</b>

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

A Tabela 13 indica que nenhuma das participantes acredita que os comportamentos assertivos são muito inadequados, mas 8% acreditam serem inadequados. Além disso, 80% das mulheres acreditam que seu comportamento assertivo não é nem adequado e nem

inadequado. Por fim, apenas 12% das mulheres acreditam que seus comportamentos assertivos são muito adequados.

**Tabela 13: Dados sobre o indicador de *Avaliação Pessoal* sobre a emissão de respostas assertivas**

<b>Avaliação Pessoal</b>	<b>Percentual</b>	<b>Nº de Participantes</b>
Muito Inadequada	0%	0
Inadequada	8%	2
Nem adequada, nem inadequada	80%	20
Muito adequada	12%	3
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>25</b>

Fonte: Inventário de Habilidades Assertivas – IHA.

## DISCUSSÃO

Considerando que este estudo se propôs a investigar a assertividade de mulheres em situação de violência, esta seção do trabalho discute o nível desta habilidade social no referido grupo de mulheres, a partir dos resultados obtidos com a aplicação do IHA, destacando as médias do instrumento que permitiram caracterizar o repertório assertivo das participantes.

Quanto ao tipo de violência especificada nos autos do processo, todas estavam tipificadas como violência física. No que se refere ao tipo de violência sofrida, 66% das mulheres entrevistadas declararam haver um predomínio de agressões físicas

Sobre isso, destaca-se que a violência física é acompanhada de violência verbal e psicológica, por vezes moral e sexual. Porém, é comum que quando o conflito chegue na fase da judicialização é porque já houve uma escalada dessa violência, que normalmente começa com violência verbal e vai evoluindo até a violência física, que é a que é denunciada e consta nos autos. Por isso, a presença exclusiva da violência física nos autos processuais, o que não significa, portanto, a inexistência dos demais tipos de violência.

O resultado das médias do instrumento mostra que os indicadores frequência, desconforto, alcance dos objetivos e avaliação social se concentraram no segundo quartil da escala, enquanto que o indicador avaliação pessoal, se concentrou no

terceiro quartil da mesma escala. Nesse sentido, a *frequência* é de um *repertório mediano de habilidades assertivas*, o *desconforto* é *médio* na emissão das respostas assertivas, o *alcance dos objetivos* é com *pouca frequência* e, para as participantes, a *avaliação social* é de *reprovação* quanto aos comportamentos de assertividade. A *avaliação pessoal*, por sua vez, obteve média superior aos outros indicadores, sugerindo que, quanto à auto percepção do seu comportamento assertivo, as participantes o consideraram como *nem adequado e nem inadequado*.

A respeito do *desconforto*, este é um indicador que tem relação com a ansiedade. De tal modo que, quanto maior o desconforto sentido, maior o nível de ansiedade experimentado pelo indivíduo. No percentual identificado para a escala de desconforto, 36% das participantes apresentaram muito desconforto diante da emissão das respostas assertivas e 40% com médio desconforto. Ao somar-se esse resultado, atinge-se o percentual de 76% das participantes que apresentam sentimento de desconforto ao comportarem-se de modo assertivo e, portanto, experimentam ansiedade diante das respostas assertivas.

Outro indicador a ser analisado é o *Alcance dos objetivos*, que apresentou pouca frequência, o que pode ser explicado através de uma possível relação com a frequência (21,24 *Repertório mediano*) de emissão das respostas assertivas, uma vez que, ao se comportarem assertivamente poucas vezes, as participantes conseqüentemente diminuem a probabilidade de atingirem o resultado que almejam.

Os dados referentes ao indicador de *Avaliação Social* indicam que as respostas assertivas são respostas com forte controle social, restringindo-se não somente ao âmbito da Violência doméstica, mas alcançando outros ambientes sociais também controladores, em uma generalização de ambientes coercitivos frente às respostas assertivas. Conclui-se, portanto, que a comunidade verbal exerce considerável controle sobre o comportamento dos indivíduos.

O indicador de *Avaliação Pessoal*, referente à auto percepção das participantes quando ao comportamento assertivo, levanta a possibilidade de se trabalhar com essas mulheres um processo de compreensão das vantagens do comportamento assertivo em detrimento do comportamento submisso dentro de uma relação, em uma estratégia de enfatizar as vantagens da assertividade. Esse dado conduz ao entendimento de que a grande maioria das mulheres não defende seus direitos, o que pode ter relação com os ambientes coercitivos que reprovam a emissão dos comportamentos assertivos, conforme se verificou anteriormente.

Nesse sentido, as pontuações indicam repertórios deficitários de habilidades assertivas das participantes, confirmando a hipótese deste estudo e, corroborando assim, com a literatura que faz a relação entre o baixo nível de assertividade e a violência contra a mulher, conforme afirmam Del Prette e Del Prette (2013): “as habilidades sociais permitem ao indivíduo interagir efetivamente com outros e evitar ou fugir de comportamentos não aceitáveis que resultem em interações sociais negativas”. Esses autores sugerem a assertividade, dentre outras habilidades sociais, como forma positiva de interagir socialmente. Ainda em consonância com o resultado obtido, os autores Bedell e Lennox (1997, *apud* Falcone, 2001), afirmam que o indivíduo socialmente habilidoso é capaz de desenvolver e manter relacionamentos mutuamente benéficos e sustentadores, buscando sua satisfação pessoal, sem, contudo, descuidar da qualidade de suas interações.

Falcone (2001) considera a empatia e a assertividade como duas habilidades sociais que se complementam na obtenção de ganhos pessoais, aliados à maior qualidade da interação.

Nesse contexto, vale ressaltar o posicionamento da autora Gregori (1992), que concebe que a violência conjugal é mais um jogo relacional do que propriamente uma luta de poder, uma vez que a mulher teria autonomia, participando ativamente da relação violenta. Nessa concepção, a violência conjugal faz parte de um processo interacional entre o casal, configurando uma trama relacional, em que a mulher não seria vítima de uma dominação masculina, mas sim protagonista frente à violência. A partir desta discussão, começou-se a usar a expressão “mulheres em situação de violência”, ao invés de mulher vítima de violência. O termo ‘em situação de’ é utilizado no lugar de vítima de violência, visto que a condição de vítima pode ser paralisante e reforça a representação da mulher como passiva e dependente: “Quando a mulher é referida como estando em situação de violência, ela está em condição, ou seja, ela acessa um lugar de passagem, pois é um sujeito nessa relação. Estar em situação oferece a possibilidade de mudança” (MIRIN, 2005). Considera-se oportuno destacar esta reflexão acerca da temática, pois parece ter direta relação com o foco deste estudo sobre a assertividade, haja vista que o desenvolvimento do repertório de habilidades sociais assertivas representa um recurso em potencial oferecido às mulheres, com vistas a impulsioná-las nessa transição para a mudança, tirando-a da condição de passiva e dependente, e conferindo-lhe um papel ativo e de protagonista dentro da relação. Ainda nessa linha de pensamento, o Centro de Atendimento às Vítimas de Crime (CEVIC),

Florianópolis, Santa Catarina verificou que dentre os motivos que mantêm as mulheres no relacionamento violento está o aspecto da submissão e da dependência.

Para Canaan (2007), a dependência afetiva é outro fator que faz com que as mulheres mantenham-se no ciclo da violência, entendida como um problema clínico no qual o indivíduo mantém um relacionamento amoroso que lhe traz intenso sofrimento, colocando em risco o seu bem-estar físico e emocional. Ainda nesse sentido, déficits em habilidades sociais, juntamente com dificuldades financeiras e emocionais, podem contribuir para a permanência da mulher na relação violenta (CANAAN, 2015).

Outra reflexão cabível acerca do repertório de habilidades sociais assertivas, diz respeito a questão dos direitos. A violência contra as mulheres é atualmente considerada como uma questão de saúde pública, de direitos humanos, de segurança pública e de justiça (GRANJA e MEDRADO, 2009). Del Prette e Del Prette (2006) afirmam que na “base do conceito de assertividade encontra-se a expressão apropriada de sentimentos negativos, a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana”. Em uma linha de raciocínio semelhante, Lange e Jakubowski (1976) entendem a assertividade como a habilidade de expressar sentimentos e desejos de forma apropriada, defender os próprios direitos e respeitar os do outro.

Nessa perspectiva, a literatura traz a reflexão de que a assertividade passa pela defesa dos direitos. Sendo assim, é possível que o déficit detectado quando ao repertório de habilidades assertivas na maioria das participantes deste estudo tenha relação com alguma dificuldade das participantes em se perceberem detentoras desses direitos.

## **CONCLUSÃO**

Com base no objetivo deste trabalho, foi possível perceber a que o IHA (Teixeira, 2015) pode ser um instrumento útil para avaliar o repertório de assertividade de mulheres em situação de violência perpetrada por (ex)parceiro íntimo. Através da utilização do IHA o presente estudo alcançou seu objetivo de avaliar o comportamento assertivo de mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo.

Foi possível também perceber a necessidade de desenvolvimento de mais pesquisas acerca do tema, na perspectiva de aprofundamento no conhecimento da relação entre assertividade e violência doméstica contra a mulher e, conseqüentemente,



o amadurecimento de propostas de intervenção que apresentem um modelo eficaz de abordagem junto a essa população.

A partir dos resultados alcançados, foi possível concluir que a temática da assertividade voltada para a área da violência contra a mulher ainda é um tema de estudos recentes, porém, através dos poucos estudos que fizeram esta relação, percebeu-se considerável consistência e perspectivas reais de intervenções direcionadas às mulheres em situação de violência doméstica, ampliando assim as ferramentas práticas para enfrentamento e/ou prevenção deste tipo de violência.

Vale ressaltar que a assertividade ainda é um termo de conceito desconhecido, uma vez que durante as aplicações do IHA, a maioria das mulheres afirmou não saberem do que se tratava tal termo. Isso pode representar uma dificuldade ao se tentar desenvolver esse tipo de habilidade nas mulheres, Vislumbra-se, então, que antes de qualquer intervenção se faça uma sensibilização com essas mulheres a fim de que tomem conhecimento do que é a assertividade e suas implicações para a qualidade de vida e dos relacionamentos interpessoais.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C. C. **Violência contra a mulher praticada por parceiro íntimo: investigação das variáveis que mantêm a mulher em um relacionamento violento.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2018.
- BANDEIRA, M., QUAGLIA, M.A.C., BACHETTI, L.S., FERREIRA, T.L e SOUZA, G.G. **Comportamento assertivo e sua relação com ansiedade, lócus de controle e auto estima em estudantes universitários.** Estudos de Psicologia, p.111-121, 2005.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- CABALLO, V. E. **Manual de Técnicas de Terapia e Modificação do Comportamento.** Editora Santos Livraria. S. Paulo. 1999.
- CANAAN, S. **Contribuições da terapia analítico-comportamental na avaliação e tratamento de mulheres com dependência afetiva.** Trabalho apresentado no XVI Encontro da ABPMC- Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina comportamental. Brasília, 2007.
- CANAAN, S. **Habilidades Sociais, Ansiedade, Depressão e Estresse de mulheres adultas em situação de dependência afetiva e/ou econômica no contexto da violência baseada no gênero.** Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Habilidades Sociais. Pirenópolis: Goiás, 2015.
- CARDOSO, B. L. A. **Habilidades sociais e satisfação conjugal de mulheres em situação de violência perpetrada por parceiro íntimo.** 52f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2017.
- CUNHA, V.M. e TOURINHO, E.Z. **Assertividade e Autocontrole: Interpretação Analítico-Comportamental.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, p.295-304, 2010.
- DEL PRETTE, Z.A.P. e DEL PRETTE, A. **Psicologia das habilidades sociais: terapia e educação.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. A. P. **Habilidades Sociais: Conceitos e campo teórico-prático.** Texto online, disponibilizado em: <http://www.rihs.ufscar.br>, em dezembro de 2006.
- DEL PRETTE, Z.A.P. e DEL PRETTE, A. **Psicologia das Habilidades Sociais: terapia, educação e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das Habilidades Sociais: diversidade teórica e suas implicações.** Petrópolis: Vozes, 2013.
- FALCONE, E. **Uma proposta de um sistema de classificação das Habilidades Sociais.** Em: Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade (Vol8). Santo André: Esetec, 2001.

GREGORI, M. F. **Cena e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.

GRANJA, E e MEDRADO, B. **Homens, Violência de Gênero e Atenção integral em saúde**. *Psicologia Social*, p.25-24, 2009.

KASHANI, J. H. e ALLAN, W. D. **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

LANGE, J. L., & JAKUBOWSKI, P. **Responsible assertive behavior**. Illinois, MA: Research Press. 1976.

MARQUES, S.P e PACHECO, F.C de P. **Refletindo sobre a violência doméstica contra a mulher**. *Investigação*, p.55-62,2009.

MIRIM, L. A. L. **Balanco do Enfrentamento da Violência contra a Mulher na perspectiva da Saúde Mental. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contraa mulher (1980-2005) – alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

MURTA, S.G.; RAMOS, C.E.P.L.; TAVARES,T.N.G.; CANGUSSÚ, E.D.A. e COSTA, M.S.F. **Libertando-se de namoros violentos: um guia sobre abandono de relações amorosas abusivas**. Nova Hamburgo: Sinopsys, 2014.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica De Brasília – UCB, Pró-Reitoria De Pós-Graduação – PRPG Programa De Pós-Graduação Stricto Sensu Em Gestão Do Conhecimento E Tecnologia Da Informação. Brasília, 2003.

NETTO, L.A; MOURA, M.A.V; QUEIROZ, A.B.A; TYRRELL, M.A.R e BRAVO, M.D.M.P. **Violência contra a mulher e suas conseqüências**. *Acta Paul Enferm.*, p.458-464, 2014.

SAGIM, M.B.; BIASOLI-ALVES, Z. M.; DELFINO, V. e VANTURINI, F. P. **Violência Doméstica: A Percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas de violência**. *Cogitare Enfermagem*, 2007.

SENADO FEDERAL. **Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher**. Pesquisa Data Senado. Brasília: Senado Federal. Instituto de Pesquisa Data Senado. 2017.

TEIXEIRA, C.M. **Assertividade: escala multimodal e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TEIXEIRA, C.M.; DEL PRETTE, A.D. e DEL PRETTE, Z.A.P. **Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional**. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental Cognitiva.*, Volume XVIII no 2, p.56-72. 2016.

WOLPE, J. (1958). **Psychotherapybyreciprocalinhibition**. California: Stanford University Press.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil.** São Paulo, Instituto Sangari, 2015.

## **CAPÍTULO 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

### **3.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa objetivou o estudo da assertividade de mulheres que se encontram em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo.

Com base nisso, o artigo 01 buscou estudar o que a literatura científica nacional aborda acerca da relação entre a assertividade e a violência contra a mulher. Este trabalho nos trouxe evidências terminológicas quanto ao uso do termo assertividade que conduzem ao entendimento de que se trata de um termo que carece de mais investigações e estudos, a fim de padronizar e uniformizar seu uso. Isto porque demonstrou ser um termo bem adaptado à realidade da ciência da psicologia, porém com diferentes termos para o mesmo significado no que se refere às outras ciências. Sobre este artigo, destaca-se que, ao final, apenas 06 trabalhos fizeram algum tipo de relação entre a assertividade e a violência contra a mulher, além de se tratarem de trabalhos relativamente recentes, datando suas publicações do ano de 2002 ao ano de 2017. Essa realidade evidencia a necessidade de mais estudos voltados a esta temática, na urgente necessidade de maiores descobertas acerca desta alternativa de abordagem e melhor compreensão da temática da violência contra a mulher.

A respeito do artigo 02, o objetivo foi avaliar a assertividade de mulheres em situação de violência doméstica praticada por parceiro íntimo. Com base principalmente no indicador *frequência de respostas assertivas* do IHA que foi aplicado nas participantes, os resultados demonstraram a existência de uma relação entre a assertividade e a violência contra a mulher que pode contribuir para maiores esclarecimentos e ampliar as estratégias de intervenção direcionadas a este tipo de violência, fornecendo assim, maiores subsídios aos profissionais que atuam na área em foco.

Depois do levantamento bibliográfico, que mostrou a elevada incidência dessa violência, a complexidade de sua dinâmica, à gravidade e abrangência do impacto que causa, além dos resultados dos dois artigos científicos desta dissertação, ficou evidente a necessidade de se desenvolver, além de propostas de enfrentamento preventivo,

propostas que trouxessem novidades nos aspectos de aplicações teóricas ainda não exploradas, em especial intervenções educativas. Dentro da temática proposta por esta dissertação, a intervenção proposta é baseada no Treino de Habilidades Assertivas, direcionado à mulheres em situação de violência doméstica, com vistas à prevenção e/ou combate e enfrentamento da violência contra a mulher. Alguns textos oriundos do artigo 01 discorrem acerca de intervenções no sentido da possibilidade de se reverter um quadro de violência. Sobre isso, “A visão de que o comportamento agressivo é aprendido (BANDURA, 1973, apud PADOVANI E WILLIAMS, 2002) possibilita a elaboração de um programa de intervenção para conter o comportamento violento” (PADOVANI e WILLIAMS, 2002, p. 14). No estudo destes autores, os mesmos indicam a possibilidade de reversão de um quadro de violência conjugal existente há 23 anos, através de técnicas e estratégias adequadas, sendo que a utilizada foi o Treino de Assertividade. Ainda nesse sentido, Murta *et all* (2012), defendem que uma intervenção mais focada em habilidades sociais assertivas poderia promover habilidades necessárias na prevenção à violência de gênero e ao abuso dos direitos sexuais e reprodutivos, como interromper sequências de interação abusivas, manifestar desagrado, manejar raiva e ciúmes, dentre outros. Murta *et all* (2016), diz que recomendações têm sido feitas para que os programas de prevenção à violência no namoro incluam habilidades para regulação das emoções e habilidades sociais para resolução de conflitos interpessoais. Para Alves (2017), a violência conjugal decorre da prevalência do sentimento ou interesse pessoal sobre o direito do outro e indica a carência de habilidades que, se estivessem presentes, poderiam neutralizar ou ao menos minimizar essa violência. Para este autor:

"A apresentação de um entendimento de poder em situação de conflito conjugal que implica – se assimilado – melhoria da qualidade de vida, pois não transige com a violência nem estimula a passividade, mas traz como modelo a assertividade, a busca de solução por meio de autocontrole, diálogo, respeito e tomada de providências como a busca dos direitos, o conhecimento de um repertório de habilidades alternativas à violência ou à inércia". (ALVES, 2017, p.79)

### **3.2 – RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS**

O presente estudo detectou carência de trabalhos na temática em questão, destacando, portanto, a necessidade de que mais trabalhos sejam destinados a investigar

a área da assertividade relacionada à violência contra a mulher, em termos teóricos e de intervenções.

Foi possível perceber que para alguns autores o comportamento violento é considerado como um comportamento aprendido e, portanto, passível de mudança e intervenção. Esta intervenção de mudança comportamental seria baseada no treino de habilidades sociais, dentre elas, as habilidades sociais assertivas. O treino assertivo é inclusive adotado como estratégia de intervenção para o combate da violência conjugal, da violência de gênero e prevenção ao abuso de direitos sexuais e reprodutivos. Sendo assim, o desenvolvimento do comportamento assertivo neutralizaria ou, ao menos, minimizaria a violência. Essa mudança comportamental representa, portanto, um fator de proteção e prevenção da violência.

Com base nas evidências apresentadas, percebe-se que a Violência contra a Mulher afeta consideravelmente a população, causando danos que podem durar uma vida inteira, com efeitos adversos e sérios. Diante disso, como meio de combate e enfrentamento, a OMS (2012) enfatiza a necessidade de abordagens de prevenção baseadas em ação e produção de evidências, reconhecendo a necessidade de identificar os fatores de risco que aumentam a probabilidade de uma mulher se tornar vítima da violência doméstica, sendo a sua redução o objetivo-chave dos esforços de prevenção.

Propõe-se que esta dissertação tenha amplas possibilidades de utilização, com vistas à elaboração de soluções para as questões apontadas no decorrer da pesquisa. Como produto desta dissertação tem-se o seguinte projeto visualizado na página a seguir.

ROTEIRO DE TREINAMENTO  
ASSERTIVO PARA MULHERES SEM  
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA

Elaboração: Mayka Caroline Martins da Cunha

Belém/PA  
2019



## SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	66
2. OBJETIVOS.....	67
3. PÚBLICO ALVO.....	68
4. DURAÇÃO.....	68
5. NÚMERO DE PARTICIPANTES.....	68
6. METODOLOGIA.....	68
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1971, Lazarus definiu *assertividade* como a capacidade para recusar e elaborar pedidos, pedir favores, expressar sentimentos negativos e positivos e iniciar, continuar e terminar uma conversa comum. Cinco anos mais tarde, Lange e Jakubowski (1976) consideraram a assertividade como a defesa de direitos pessoais e a expressão de pensamentos, sentimentos e crenças de forma direta, honesta e apropriada, de modo a respeitar os direitos das outras pessoas. Ao longo do tempo foram surgindo outras definições de assertividade (Alberti & Emmons, 2008; Galassi & Galassi, 1977). Contudo, todas elas partem da premissa que os indivíduos têm direitos de afirmação básicos que devem exercitar (Hargie & Dickson, 2004). Aliás, foi precisamente o reconhecimento, por parte dos terapeutas do comportamento Salter (1949) e Wolpe (1958), de que alguns indivíduos tinham problemas específicos em fazer valer os seus direitos e que esta incapacidade conduzia a inadaptação por parte do indivíduo, que deu origem à comunicação assertiva (Flowers & Guerra, 1974).

A assertividade foi, desde logo, considerada uma competência que pode ser aprendida (Galassi & Galassi, 1977) e não um traço de personalidade (McCartan & Hargie, 2004a). Um grande número de fatores, entre os quais a punição, o reforço, a modelagem, a falta de oportunidade, os padrões culturais e as crenças pessoais, assim como a incerteza quanto aos direitos do próprio, contribuem para o défice de assertividade (Galassi & Galassi, 1977). O treino assertivo pressupõe o desenvolvimento de duas competências fundamentais: coordenação de perspectivas entre a pessoa e o interlocutor e flexibilidade. Esta última visa modificar as próprias crenças depois de considerar as do outro, ou mesmo integrar as do interlocutor nas suas (Joyce-Moniz & Barros, 2005).

No final dos anos 70, alicerçados nos direitos de afirmação pessoal, Galassi e Galassi (1977), por um lado, e Jakubowski e Lange (1978), por outro, conceitualizaram o treino assertivo de forma estruturada e como entidade separada.

Os fundadores do treino assertivo constatam que pode não ser suficiente acreditar nos direitos pessoais ou aprender uma resposta assertiva específica. Neste sentido e influenciados pelo advento das terapias cognitivas, em particular da terapia racional emotiva de Albert Ellis (1962), introduziram os aspectos cognitivos no mesmo.

No essencial, o treino assertivo tem início com a identificação das áreas em que existe défice assertivo (e.g., relações com chefias), analisa os fatores que impedem o

indivíduo de se expressar de forma adequada (e.g., desconhecimento dos direitos de afirmação, crenças irracionais) e opera sobre esses fatores (e.g., modificação de crenças irracionais). O ensaio das respostas assertivas nas áreas identificadas como problemáticas, e posterior análise das suas consequências, decorre inicialmente em meio protegido (e.g., com o terapeuta). Só posteriormente o indivíduo tenta aplicar a aprendizagem realizada em situações reais (Galassi & Galassi, 1977; Jakubowski & Lange, 1978).

Para Alberti e Emmons (2008) o treino assertivo tem como principal objectivo mudar a forma como o indivíduo se vê a si próprio, aumentar a sua capacidade de afirmação, permitir que este expresse de forma adequada os seus sentimentos e pensamentos e, posteriormente, estabelecer a auto-confiança. Mais detalhados, Hargie e Dickson (2004) elencaram várias funções do treino, entre as quais destacamos: (1) ajudar o indivíduo a assegurar que os seus direitos não serão violados, (2) reconhecer os direitos dos outros, (3) comunicar a sua opinião de forma confiante, (4) recusar pedidos irrazoáveis, (5) fazer pedidos razoáveis, (6) lidar eficazmente com recusas irrazoáveis, (7) evitar conflitos agressivos desnecessários e (8) desenvolver e manter um sentido pessoal de eficácia.

O sucesso do treino assertivo, nas mais distintas áreas do saber, pode justificar-se pelo fato da essência da comunicação assertiva (i.e., afirmação de direitos pessoais respeitando os direitos do outro) ser culturalmente desejável ou *politicamente correta* e, portanto, facilitadora da convivência civilizada em sociedades democráticas (Joyce-Moniz & Barros, 2005). A participação em treinos encerra ainda outras vantagens de âmbito mais pessoal, nomeadamente, aumento de sentimentos de autoconfiança, reações positivas dos outros, e diminuição quer da ansiedade nas situações sociais, quer das queixas somáticas do indivíduo (Galassi & Galassi, 1977).

## **2. OBJETIVOS**

Os principais objetivos do treino assertivo prendem-se ao desenvolvimento das habilidades assertivas de mulheres que se encontram em situação de violência doméstica, com a aquisição de competências comunicacionais que lhes permitam expressar de forma clara as suas ideias e opiniões, bem como defender seus direitos.

### **3. PÚBLICO ALVO**

Mulheres que se encontram em situação de violência doméstica e que são partes em processos que tramitam nas varas de violência doméstica e familiar do fórum criminal da capital, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

### **4. DURAÇÃO**

A intervenção poderá ter duração de seis meses, com 12 sessões de cerca de uma hora cada, sendo 02 sessões por mês.

### **5. NÚMERO DE PARTICIPANTES**

O número de participantes será de 10 mulheres em situação de violência doméstica.

### **6. METODOLOGIA**

A psicóloga da Central de equipe multidisciplinar das varas de violência doméstica e familiar contra a mulher identificará, através do seu atendimento realizado com as mulheres, quais dessas demonstram comportamentos sugestivos de déficits assertivos. A partir de então, será aplicado nas mesmas o Inventário de Habilidades Assertivas, a fim de avaliar a habilidade assertiva dessas mulheres. Com base no resultado do inventário, elas serão ou não encaminhadas para o treino assertivo.

Para a realização do treino assertivo, haverá um agendamento prévio de dia e hora, com local previamente definido e as dozes sessões terão seus temas devidamente especificados.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, R., & Emons, M. (2008). *Your perfect right (9ª ed)*. California: Impact Publishers.
- Flowers, J., & Guerra, J. (1974). The use of client coaching in assertion training with large groups. *Community Mental Health Journal, 10*, 414-417.
- Galassi, M., & Galassi, J. (1977). *Assert yourself! How to be your own person*. New York: Human Sciences Press.
- Hargie, O., & Dickson, D. (2004). *Skilled interpersonal communication. Research, theory and practice*. London: Routledge.
- Joyce-Moniz, L., & Barros, L. (2005). *Psicologia da doença para cuidados de saúde: desenvolvimento e intervenção*. Lisboa: Edições Asa.
- Lange, A., & Jakubowski, P. (1976). *Responsible assertive behavior*. Champaign, Il: Research Press.
- Lazarus, A. (1971). *Behavior therapy and beyond*. New York: McGraw-Hill.
- McCartan, P., & Hargie, O. (1990). Assessing assertive behavior in student nurses: a comparison of assertion measures. *Journal of Clinical Nursing, 15*, 1370-1376.
- Salter, A. (1949). *Conditioned reflex therapy*. New York: Capricorn Books.
- Wolpe, J. (1958). *Psychotherapy by reciprocal inhibition*. Stanford, CA: Stanford University Press.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, J. L. **Enfrentamento da violência conjugal pela valorização do comportamento assertivo: um modelo de intervenção.** 2017. 124p. Tese (Doutorado em Promoção de Saúde) – Universidade de Franca, Franca.
- MURTA, S.G.; ROSA, I.O.; MENEZES, J.C.L.; RIEIRO, M.R.S.; BORGES, O.S.; PAULO, S.G.; OLIVEIRA, V.; RIBEIRO, D.C.; DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. **Direitos Sexuais e Reprodutivos na Escola: Avaliação Qualitativa de um Estudo Piloto.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, p.335-344, 2012.
- MURTA, S.G.; RAMOS, C.E.P.L.; TAVARES, T.N.G.; CANGUSSÚ, E.D.A. e COSTA, M.S.F. **Libertando-se de namoros violentos: um guia sobre abandono de relações amorosas abusivas.** Nova Hamburgo: Sinopsys, 2014.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Fatores de risco e de proteção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo.** In: *Prevenção da Violência sexual e da Violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência*, 2012.
- TEIXEIRA, C.M.; DEL PRETTE, A.D. e DEL PRETTE, Z.A.P. **Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional.** *Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.*, p.6-72, 2016.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DO CAPÍTULO 1

- ADEODATO, V. G.; CARVALHO, R.R.; SIQUEIRA, V.R.D. e SOUZA, F.G.M. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros.** Revista de Saúde Pública, p.108-113, 2006.
- BEAVOUIR, S. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo; Difusão Européia do Livro, 1967, v. II.
- BRASIL. **Lei Maria da Penha.** Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- BRITO, B. R.P. **Casas-abrigos: um espaço de apoio e de solidariedade versus uma visão assistencialista.** *Jornal da Rede Saúde*, p.3-4, 1999.
- CANAAN, S.O.; BAPTISTA, M.Q.G.; SOUSA, A.P.M; CUNHA, M.C.; GOMES, C.W.B. e CUNHA, M.C.C. **Uso de termos relacionados à violência envolvendo a mulher e a segurança pública: Uma revisão sistemática da literatura.** 2017.
- CARDOSO, N. M. B. **Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres.**In: ZANELLA, A. *et all.* (Orgs.). *Psicologia e práticas sociais.*19. ed. Porto Alegre: Abrasposul, 1997.
- CONVENÇÃO INTERAMERICANA para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher- Convenção de Belém do Pará, 1994.
- DEL PRETTE, Z.A.P. e DEL PRETTE, A. **Psicologia das relações interpessoais: vivências para o trabalho em grupo.** Petrópolis: Vozes, 2001.
- DELL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. A. **Assertividade, sistema de crenças e identidade social.** In *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, p. 125-136, 2003.
- DEL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z. A. P.**Habilidades Sociais: Conceitos e campo teórico-prático.** Texto online, disponibilizado em: <http://www.rihs.ufscar.br>, em dezembro de 2006.
- DEL PRETTE, Z.A.P. e DEL PRETTE, A. **Psicologia das Habilidades Sociais: terapia, educação e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- DELL PRETTE, A. e DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das Habilidades Sociais: diversidade teórica e suas implicações.** Petrópolis: Vozes, 3ª edição, 2013.
- ELIAS, P. V. O. e BRITTO, I. A. G. S. **A função da assertividade no relacionamento afetivo.** Em R. R. Starling (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: temas aplicados.* Vol. 19, p.23-36. Santo André: ESETec, 2007.

FALCONE, E. **Uma proposta de um sistema de classificação das Habilidades Sociais**. Em: Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade (Vol8). Santo André: Esetec, 2001.

FALCONE, E. e RAMOS, D.M. **Atribuição como componente cognitivo das habilidades sociais e seu impacto na satisfação conjugal**. Em: Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade (Vol 18). Santo André: Esetec, 2001.

FRANCISQUETTI, P. S. N. **Saúde mental e violência: considerações acerca do atendimento em saúde mental a mulheres em situação de violência**, 2005.

GRANJA, E e MEDRADO, B. **Homens, Violência de Gênero e Atenção integral em saúde**. Psicol. Soc., p.25-24, 2009.

GREGORI, M. F. **Cena e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1992.

KASHANI, J. H. e ALLAN, W. D. **The impact of family violence on children and adolescents**. Thousand Oaks, Ca: Sage, 1998.

LANGE, J. L., & JAKUBOWSKI, P. **Responsible assertive behavior**. Illinois, MA: Research Press. 1976.

LOHR, S.S. **Estilos Parentais e desenvolvimento de habilidades sociais**. Em: Sobre Comportamento e Cognição: a história e os avanços, a seleção por conseqüências em ação (Vol 11). Santo André: Esetec, 2003.

MORAES, C. G. A. e RODRIGUES, A. S. **Terapia de Casais**. Em: B. Range (org) Psicoterapias Cognitivo-Comportamentais: um diálogo com a psiquiatria. (p.513-522). Porto Alegre: Artmed, 2001.

MURTA, S.G.; RAMOS, C.E.P.L.; TAVARES, T.N.G.; CANGUSSÚ, E.D.A. e COSTA, M.S.F. **Libertando-se de namoros violentos: um guia sobre abandono de relações amorosas abusivas**. Nova Hamburgo: Sinopsys, 2014.

NETTO, L.A; MOURA, M.A.V; QUEIROZ, A.B.A; TYRRELL, M.A.R e BRAVO, M.D.M.P. **Violência contra a mulher e suas conseqüências**. Acta Paul Enferm., p. 458-64, 2014.

OLIVEIRA, K.L.C. **Quem tiver a garganta maior vai engolir o outro: sobre violências conjugais contemporâneas**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Fatores de risco e de proteção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo**. In: Prevenção da Violência sexual e da Violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: Ação e produção de evidência, 2012.

PAIVA, J. R. **As origens da violência. Um ensaio sobre a psicopatologia do comportamento agressivo**. 1999b.



PORTO, M.e BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F.A Permanência de Mulheres em Situações de Violência: Considerações de Psicólogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, p. 267-276, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2007.

SAGIM, M.B.; BIASOLI-ALVES, Z. M.; DELFINO, V. e VANTURINI, F. P. **Violência Doméstica: A Percepção que as vítimas têm de seu parceiro, do relacionamento mantido e das causas de violência**. *CogitareEnferm.*, 2007.

SAKYIAMA, R. e WEBER, L. N. D. **Relações entre estilos de apego, assertividade e auto-estima**. In: *Psicologia, comportamento e cognição*. 1ed. Santo André; Editora: ESETec; Volume: 16; p.195-214, 2005.

SOUZA, P.A.D e ROS, M. A. D. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento**. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC*, n. 40, p. 509-527, Outubro de 2006.

TEIXEIRA, C.M. **Assertividade: escala multimodal e caracterização do repertório de mulheres inseridas no mercado de trabalho**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2015.

TEIXEIRA, C.M.; DEL PRETTE, A.D. e DEL PRETTE, Z.A.P. **Assertividade: uma análise da produção acadêmica nacional**. *Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.*, 2016, Volume XVIII no 2, p.56-72.

VILLA, M.B. **Habilidades Sociais no casamento: avaliação e contribuição para a satisfação conjugal**. Tese de doutorado, Faculdade de filosofia, ciências e letras de ribeirão, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

## **ANEXOS**

**ANEXO I**  
**Caderno de aplicação do Inventário de Habilidades Assertivas**

**ANEXO II**  
**Autorização para uso do IHA**

**ANEXO III**  
**TCLE**

**ANEXO IV**  
**Autorizações dos Juízes das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a**  
**Mulher**

**ANEXO V**  
**Normas e diretrizes da Revista FGV DIREITO SP para submissão do artigo 01**

## **POLÍTICA EDITORIAL**

A **Revista Direito GV** publica artigos inéditos (nacional e internacionalmente) e originais com as mais diversas abordagens teóricas e metodológicas, inclusive artigos interdisciplinares e de pesquisa aplicada. Será dada prioridade para artigos que contribuam para a inovação teórica, metodológica e empírica, especialmente nos campos de pesquisa de Direito e Desenvolvimento (*law & development*), Direito e Sociedade (*law & society*) e Direito e Economia (*law & economics*). A Revista busca artigos que examinem o papel do direito, das instituições jurídicas e dos sistemas jurídicos nacionais e internacionais nos processos de desenvolvimento social e econômico, particularmente nos países em desenvolvimento, nos mercados emergentes e nas nações em transição e que busquem determinar como o direito pode inibir ou promover mudanças desejadas.

A **Revista Direito GV** publica ainda resenhas inéditas e traduções. A seção de resenhas tem como objetivo chamar a atenção dos leitores para obras publicadas nos últimos 24 meses (a contar do prazo de envio do texto). A resenha deve estabelecer a relevância da obra para o campo na qual está inserida e suscitar discussões críticas sobre ela. As resenhas devem privilegiar títulos de interesse acadêmico em detrimento de publicações de uso profissional. Resenhas meramente descritivas e que apenas resumam o argumento da obra não serão aceitas. A seção de traduções privilegia textos clássicos ou de difícil acesso aos leitores brasileiros. Elas são selecionadas por meio da análise da relevância e da qualidade técnica do texto traduzido.

A Revista é publicada em formato digital (ISSN 2317-6172) e tem periodicidade quadrimestral.

### **1. AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS**

Todos os artigos passam por uma avaliação prévia (*desk review*) realizada pela editora-chefe, verificando o atendimento aos requisitos formais de submissão, sua adequação à política editorial da Revista e seu potencial para publicação.

Nessa fase inicial, também é realizada a verificação de similitude por meio do software antiplágio iThenticate.

Após essa etapa, os artigos aprovados são remetidos a pareceristas externos anônimos para a avaliação, de acordo com o processo conhecido como *double blind peer review*. Recebidos os pareceres, estes são encaminhados para o autor do artigo a fim de tomar ciência ou para que incorpore as modificações sugeridas. Nesse último caso, o texto



modificado deverá ser remetido para a Revista. Será novamente avaliado em função das alterações realizadas.

Excepcionalmente, haverá convites para publicação, que serão formulados exclusivamente pela editoria da Revista.

Resenhas e traduções serão avaliadas e selecionadas pela editoria da Revista.

## **2. SUBMISSÃO DE MANUSCRITOS**

Os artigos e resenhas enviados devem ser inéditos e não podem estar sob avaliação em outro periódico. Os autores só poderão submeter um artigo por vez, seja como autor principal ou em coautoria, exceção feita às chamadas de trabalhos temáticas ou dossiês especiais.

Os textos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol. Se incentiva a submissão de manuscritos em inglês, independentemente da nacionalidade dos autores.

A submissão de artigos e resenhas deve ser feita por meio do sistema online **ScholarOne Manuscripts**, disponível no endereço: <https://mc04.manuscriptcentral.com/rdgv-scielo>. As traduções são publicadas em português e também devem ser submetidas pelo sistema online. Em caso de dúvidas na submissão online, pode-se encaminhar um e-mail para [revistadireitogv@fgv.br](mailto:revistadireitogv@fgv.br). Não serão cobradas quaisquer taxas de submissão, avaliação ou publicação.

A **Revista Direito GV** orienta seus procedimentos de gestão e avaliação de artigos conforme o Código de Boas Práticas Científicas disponibilizado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), as diretrizes básicas formuladas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pelo Committee on Publication Ethics (COPE), bem como os Princípios de Transparência e Boas Práticas em Publicações Acadêmicas e o Código de Conduta e Boas Práticas para Editores, também do COPE.

Solicita-se aos pareceristas da **Revista Direito GV** que sigam as diretrizes do COPE para revisores, assim como exige-se dos autores que atendam aos parâmetros indicados no documento “ Publicação Acadêmica Responsável: padrões internacionais para autores” , além daqueles citados acima. 3 Artigos que envolvem pesquisa com seres humanos ou animais devem obedecer aos padrões éticos exigidos pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS). As pesquisas que envolvem seres humanos devem atender às normas da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS, ou órgão equivalente no país de origem da pesquisa.

As opiniões emitidas e a integridade do conteúdo dos artigos são de absoluta responsabilidade de seus autores.

Solicita-se que os autores informem à Revista qualquer financiamento ou benefícios recebidos de fontes comerciais ou não comerciais, e que declarem não haver conflito de interesses que comprometa o trabalho apresentado, nos campos específicos do sistema online e também na folha de rosto.

Os artigos devem ter até 63.000 caracteres com espaços. Textos mais extensos do que o padrão serão publicados, a critério da editoria, caso seu tamanho seja justificável.

As resenhas devem ter até 21.000 caracteres com espaços, apresentar um título (em português e inglês) e não precisam ser precedidas de resumo.

Os artigos deverão obedecer às seguintes regras:

## **2.1. Regras de submissão**

### **2.1.1. Formatação**

- Editor de texto: Microsoft Word
- Papel: A4
- Margens: esquerda, direita, superior e inferior de 2,5 cm
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12
- Paginação: □ canto inferior direito
- Parágrafo: alinhamento justificado; espaçamento entre linhas: 1,5

### **2.1.2. Folha de Rosto**

Em arquivo separado, o autor deverá enviar uma folha de rosto contendo as seguintes informações:

- Título do artigo;
- Identificação do(s) autor(es): nome completo, titulação, instituição à qual está ligado, link para o currículo Lattes, endereço para correspondência, telefone e e-mail;
- Informações sobre financiamento ou benefícios recebidos, bem como eventuais conflitos de interesses e agradecimentos.

**Toda identificação de autoria deve ser incluída somente na folha de rosto.**

### **2.1.3. Artigo**

A primeira página do artigo deve conter obrigatoriamente:

- Título em português e inglês com, no máximo, oito palavras cada;
- Resumo em português e inglês (com 150 a 200 palavras cada) contendo campo de estudo, objetivo, método, resultado e conclusão;
- Palavras-chave em português e inglês (5 para cada idioma).

Caso o idioma do artigo seja espanhol, acrescentar título, resumo e palavras-chave nesse idioma.

O artigo também deverá atender às seguintes regras:

- Seções: Introdução não numerada, desenvolvimento (que deve ser dividido e numerado sequencialmente com algarismos indo-arábicos) e Conclusão não numerada.
- Citações: deve ser usado o sistema de chamada autor-data (conforme ABNT NBR-10520), isto é, as citações devem vir no corpo do texto com indicação do sobrenome, ano e página de publicação. Exemplo:

“A chamada ‘pandectísta’ havia sido a forma particular pela qual o direito romano fora integrado no século XIX na Alemanha em particular” (LOPES, 2000, p. 225).

- Citações extensas (de 4 linhas ou mais) devem ser apresentadas em parágrafo destacado com recuo (de 2 cm) e fonte menor (10).
- Lista de referências bibliográficas: deverá ser apresentada em ordem alfabética no final do texto (conforme ABNT NBR-6023).
- Notas explicativas: devem ser reduzidas ao mínimo necessário e apresentadas no rodapé das páginas.
- Diagramas, quadros e tabelas: devem apresentar título e fonte e ser colocados ao final do texto, após as referências. Sua posição deve ser indicada no próprio texto, constando referência a eles no corpo do artigo. Deve-se evitar a repetição de informações contidas no texto.

Nenhum tipo de identificação de autoria deverá ser incluído no artigo. Qualquer informação que leve ao reconhecimento do(s) autor(es) deve vir apenas na folha de rosto. A descaracterização de autoria é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

### **3. DIREITOS AUTORAIS**

A **Revista Direito GV** detém os direitos patrimoniais dos artigos, resenhas e ensaios que publica, inclusive os de tradução.

A **Revista Direito GV** adota a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional, exceto onde estiver expresso de outro modo, permitindo-se cópias e reproduções, no todo ou em parte, desde que para fins não comerciais e com identificação de sua fonte. Para controle e registro da editoria, solicita-se que tais usos da Revista – com exceção de citações de pequenos trechos em trabalhos acadêmicos – sejam comunicados pelo e-mail [revistadireitogv@fgv.br](mailto:revistadireitogv@fgv.br).

Caso haja interesse em utilizar textos da **Revista Direito GV** com finalidade comercial, é necessário realizar contato prévio com a Revista pelo e-mail [revistadireitogv@fgv.br](mailto:revistadireitogv@fgv.br),

solicitando uma autorização para a publicação. Os termos e condições, caso a publicação seja autorizada, serão definidos caso a caso pela editoria da Revista.

#### **Recomendações de Leitura**

- Código de Boas Práticas Científicas, FAPESP
- Diretrizes, CNPQ
- Principles of Transparency and Best Practice in Scholarly Publishing, COPE
- Code of Conduct and Best Practice Guidelines for Journal Editors, COPE 6
- COPE Ethical Guidelines for Peer Reviewers, COPE
- Responsible research publication: international standards for authors, COPE

#### **Revista Direito GV**

Direito GV Law Review

**Escola de Direito de São Paulo | FGV DIREITO SP**

Rua Rocha, 233 – Bela Vista

São Paulo, SP – Brasil

+ 55 11 3799 2172 | [revistadireitogv@fgv.br](mailto:revistadireitogv@fgv.br)

**ANEXO VI**  
**Normas e diretrizes da Revista Temas em Psicologia para submissão do artigo02**

## INSTRUÇÕES AOS AUTORES

- [Objetivo e política editorial](#)
- [I. Tipos de colaboração aceita](#)
- [II. Orientações para submissão de manuscritos](#)
- [III. Aspectos éticos](#)
- [IV. Apresentação dos manuscritos](#)
- [V. Apreciação pela comissão editorial](#)
- [VI. Direitos autorais](#)

### [Objetivo e política editorial](#)

*Trends in Psychology*/Temas em Psicologia publica relatos de pesquisa empírica, estudos históricos, teóricos e conceituais, relatos de experiência profissional, revisões críticas da literatura, notas técnicas e cartas aos editores. A revista, de periodicidade trimestral (março, junho, setembro e dezembro), tem por objetivo publicar artigos científicos que contribuam para o avanço do conhecimento em todas as áreas da Psicologia. Destina-se a estudantes, profissionais e pesquisadores da Psicologia e áreas afins.

**Observação importante:** Em 2019 a Trends in Psychology/Temas em Psicologia passará a publicar seus números somente na língua inglesa. A partir de 01 de agosto de 2018 os artigos deverão ser submetidos em inglês e os autores deverão garantir a qualidade da redação no referido idioma. Autores não nativos de países de língua inglesa deverão apresentar certificação de tradução ou de revisão do texto por profissional ou empresa credenciados pela revista ou por profissional/empresa comprovadamente nativo de países de língua inglesa. Caso os autores não aceitem os termos de tradução/revisão, o manuscrito não poderá ser veiculado por nosso periódico. Em caso de dúvidas, por favor, contatar a secretaria da revista: [comissaoeditorial@sbponline.org.br](mailto:comissaoeditorial@sbponline.org.br)

### [I. Tipos de colaboração aceita](#)

1. **Estudo empírico:** Relato de pesquisa original com

descrição de objetivos, método, resultados e discussão. A discussão dos resultados deve incluir limitações do estudo e possíveis implicações.

2. **Revisão de literatura:** Síntese e revisões críticas de pesquisas já publicadas (meta-análises e revisões sistemáticas da literatura). O estudo deve descrever procedimentos metodológicos de busca e análise da literatura revisada.

3. **Estudo teórico/conceitual:** análise original sobre teorias ou conceitos da Psicologia, visando problematizar reflexões ou teses de uma literatura específica em direção ao seu refinamento teórico.

4. **Relato de experiência/estudo de caso:** artigo original sobre descrição de procedimentos e estratégias de intervenção com indivíduos, grupos, comunidades ou organizações. Deve apresentar e discutir resultados obtidos e possíveis implicações para prática profissional.

5. **Nota/informe técnico:** descrição de instrumentos, métodos originais de pesquisa, novas técnicas de análise de dados.

6. **Carta aos editores:** comentários e atualizações sobre a revista dirigidas aos editores que serão publicadas a critério do editor-chefe com a concordância do remetente.

Artigos inseridos nas seções 1, 2, 3 e 4 deverão apresentar tamanho máximo de 30 laudas, incluindo resumo, *abstract*, *resumen*, texto propriamente dito, referências, figuras e tabelas (quando pertinentes). Nota/informe técnico (Seção 5) e Carta aos Editores (Seção 6) deverão apresentar tamanho máximo de 10 páginas, incluindo texto propriamente dito, referências, figuras e tabelas (quando pertinentes).

Tabelas e figuras não devem exceder um total de seis (6).

.

## [II. Orientações para submissão de manuscritos](#)

A submissão do manuscrito deverá ser feita por meio do sistema eletrônico de gerenciamento do processo de publicação, disponível em <http://submission-pepsic.scielo.br/index.php/tp/>. Manuscritos recebidos por correio convencional, fax, e-mail ou qualquer outra forma de envio não serão apreciados pela Comissão Editorial. Após a submissão do manuscrito no sistema eletrônico, os autores receberão uma mensagem de confirmação. O tempo médio de tramitação entre a submissão do manuscrito e sua publicação é um ano. Não são cobradas taxas dos autores para submissão e processamento.

As seguintes condições são necessárias para que os manuscritos submetidos à revista sejam considerados para análise editorial:

1. Os manuscritos devem estar em conformidade com o Manual de Publicação da *American Psychological Association* (APA), 6ª. Edição, 2010.
2. Estudos empíricos, de abordagem quantitativa, qualitativa, ou mista, devem apresentar os seguintes subtópicos na seção Método: Participantes, Instrumentos, Procedimentos de coleta de dados, Procedimentos de análise de dados, Procedimentos éticos).
3. Os tópicos de Resultados e Discussão devem estar separados em artigos quantitativos, mas podem estar integrados em artigos qualitativos.
4. Exige-se que pelo menos 40% de todas as referências tenham sido publicadas nos últimos 5 anos. No caso de artigos de pesquisa histórica, o conselho editorial poderá considerar o corpo de referências sem este critério.
5. Devem apresentar o resumo do trabalho em português, inglês e espanhol.
6. Não devem ter sido publicados em qualquer outro veículo de divulgação.
7. Não devem estar em análise para publicação em qualquer outro veículo de divulgação.
8. Todos os autores dos manuscritos devem ter



previamente aprovado a sua submissão.

9. Qualquer pessoa citada como fonte de comunicação pessoal deve ter aprovado anteriormente a sua citação.
10. Os autores devem apresentar declaração de que todos os procedimentos éticos foram cumpridos.

#### **IMPORTANTE:**

- 1) Artigos que não estiverem em conformidade com as normas do Manual de Publicação da APA, 6ª. Edição, 2010, serão automaticamente rejeitados.
- 2) A taxa de rejeição de artigos na Revista Temas em 2016 foi de aproximadamente 70%.
- 3) Artigos empíricos de abordagem quantitativa devem respeitar os pressupostos dos testes utilizados. Tais pressupostos devem ser testados e seus resultados devem ser apresentados no manuscrito.

### III. Aspectos éticos

A Trends in Psychology/Temas em Psicologia segue os padrões nacionais e internacionais de aspectos éticos relacionados à pesquisa com seres humanos (Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde & IUPsys - Declaração Universal dos Princípios Éticos para Psicólogos), e baseia o seu processo editorial no Comitê de Ética em Publicação (Committee on Publication Ethics, COPE). Obs. Eventuais trabalhos que tenham seguido a Resolução 466/2012 serão também considerados para avaliação.

Assim, a Trends in Psychology/Temas em Psicologia apresenta os seguintes critérios para publicação:

É de responsabilidade dos autores:

1. Apresentar lista de referências ao final do manuscrito;
2. Informar sobre suporte financeiro (quando for o caso);
3. Garantir que o manuscrito submetido para publicação não está submetido ou publicado em nenhum outro veículo de comunicação;
4. Assumir que todos os autores do manuscrito participaram ativamente do

processo de desenvolvimento do manuscrito, contribuindo significativamente para a pesquisa;

5. Garantir que os dados são reais, e que não há nenhuma espécie de plágio no manuscrito;
6. Garantir que todos os preceitos éticos preconizados pela resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 196/96 foram cumpridos.
7. Os autores devem declarar, de forma explícita, individualmente, qualquer potencial conflito de interesse financeiro, direto e/ou indireto, e não financeiro etc.

É de responsabilidade da comissão editorial da *Temas em Psicologia*:

1. Avaliar com rigorosidade, objetividade e parcimônia todos os manuscritos submetidos à revista, sem nenhum tipo de distinção;
2. Oferecer pareceres objetivos, construtivos e, acima de tudo, informativos para os autores do manuscrito avaliado;
3. Escolher pareceristas que não possuam conflito de interesse na publicação do manuscrito seja em relação aos autores, aos objetivos da pesquisa, ou à entidade patrocinadora. No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor ad hoc.
4. Garantir que a tramitação do manuscrito utilizará o sistema de revisão duplo-cego (Double blind review process). Ou seja, garantir a preservação da identidade dos autores do manuscrito para os pareceristas, bem como garantir a preservação da identidade dos pareceristas para o(s) autor(es) do manuscrito.
5. Realizar a tramitação dos manuscritos em menor tempo hábil possível.
6. Garantir que toda e qualquer decisão editorial será baseada somente na importância, qualidade, originalidade e mérito do manuscrito.

A comissão editorial da *Temas em Psicologia* se compromete ainda à:

1. Buscar o constante desenvolvimento da Revista, através de ampliação das fontes de indexações, do escopo da revista, e da qualidade editorial;
2. Publicar, sempre que necessário, correções, clarificações e retratações por parte dos autores.

Para maiores informações sobre todos os procedimentos éticos do processo editorial da *Temas em Psicologia*, visite as Diretrizes do Committee on Publication Ethics (COPE):

[http://publicationethics.org/files/Ethical\\_guidelines\\_for\\_peer\\_reviewers\\_0.pdf](http://publicationethics.org/files/Ethical_guidelines_for_peer_reviewers_0.pdf)

#### IV. Apresentação dos manuscritos

Por se tratar de uma publicação unicamente eletrônica, o manuscrito poderá conter, quando indispensável, figuras ou fotos coloridas. Conforme as normas do Manual de Publicação da APA 6ª. Edição, cores em tabelas não são permitidas.

O artigo deverá ser digitado em processador de texto compatível com o padrão *Word for Windows 6.0 ou superior*, em fonte *Times New Roman*, tamanho 12, com espaçamento duplo e alinhamento à esquerda. A página deverá ser de tamanho A4, com 2,5 cm de margens em todos os lados (i.e., superior, inferior, esquerda e direita). Palavras ou expressões de origem estrangeira, estrangeirismos e símbolos estatísticos devem ser destacados em *itálico*.

A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:

##### **1. Folha de rosto personalizada contendo:**

1.1. Título pleno em português, inglês e espanhol. O título pleno não deve exceder 15 palavras.

1.2. Sugestão de título abreviado para cabeçalho, na língua original do manuscrito. O título abreviado não deve exceder quatro palavras.

1.3. Nome de cada autor e suas afiliações institucionais. É recomendável incluir ORCID de cada autor (ver em [orcid.org](http://orcid.org)).

1.4. Indicação do endereço para correspondência com a Comissão Editorial, incluindo FAX (quando houver), telefone e endereço eletrônico.

1.5. Indicação do autor responsável pelo contato com os leitores bem como de seu endereço e contato de e-mail.

1.6. Quando necessário, incluir parágrafo reconhecendo apoio financeiro, colaboração de colegas e técnicos e outros fatos eticamente necessários.

1.7. Nota do autor com outras informações que se julgar relevantes (opcional).

1.8. A Folha de Rosto deve ser numerada com o número 1 e seguida pelas demais páginas do manuscrito numeradas em sequência.

## **2. Folha de rosto personalizada sem identificação:**

2.1. Título pleno em português, inglês e espanhol.

2.2. Sugestão de título abreviado.

## **3. Folha contendo o Resumo em português, em inglês (Abstract) e em espanhol (Resumen):**

O **Resumo** deve ter entre 150 a 200 palavras, seguido de três a cinco palavras-chave para indexação do trabalho. As palavras-chave devem ser escolhidas com precisão adequada para fins de classificação, permitindo que o trabalho seja recuperado com trabalhos semelhantes. Assim, devem ser palavras-chave que, possivelmente, seriam evocadas por um pesquisador efetuando levantamento bibliográfico sobre o tema do manuscrito.

## **4. Texto propriamente dito**

Esta parte do manuscrito deve começar em uma nova folha, contendo uma organização de reconhecimento fácil, sinalizada por títulos e, quando necessários, subtítulos (para organização de títulos e subtítulos, ver Manual de Publicação da APA, 6ª. Edição, 2010). Os locais sugeridos para inserção de figuras e tabelas devem ser claramente indicados no texto.

**Notas de rodapé** devem restringir-se à complementação de informações que, julgadas relevantes, não caibam na sequência lógica do texto; devem ser reduzidas ao mínimo.

**Citações de autores** devem obedecer às normas do Manual de Publicação da APA, 6ª. Edição, 2010. No caso de transcrição na íntegra de um trecho, a transcrição deve ser delimitada por aspas e a citação do autor deve ser seguida do número da página citada. Citações literais devem ser evitadas, mas quando tiverem 40 palavras ou mais devem ser apresentadas em bloco próprio, começando em nova linha, com recuo de 0,5cm em cada margem, na posição de um novo parágrafo. O mesmo tamanho de fonte do texto (12) deve ser utilizado.

**Referências** devem ser inseridas em uma nova página. A lista de referências deve ser formatada em espaço duplo, conforme exemplos abaixo.

#### **Exemplos de referências:**

##### **Artigo de revista científica com doi**

Lyubomirsky, S., & Lepper, H. S. (1999). A measure of subjective happiness: Preliminary reliability and construct validation. *Social Indicators Research*, 46(1), 137–155. doi:10.1023/A:1006824100041

##### **Artigo de revista científica sem doi**

Hutz, C. S., & Zanon, C. (2011). Revisão da adaptação, validação e normatização da escala de autoestima de Rosenberg. *Avaliação Psicológica*, 10(1), 41-49. Retrieved from: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v10n1/v10n1a05.pdf>

##### **Artigo de revista científica com mais de sete autores**

Caprara, G. V., Alessandri, G., Eisenberg, N., Kupfer, A., Steca, P., Caprara, M. G., ..., & Abela, J. (2012). The Positivity Scale. *Psychological Assessment*, 24(3), 701–

712. doi:10.1037/a0026681

### **Capítulo de livro**

Steger, M. F. (2009). Meaning in life. In S. J. Lopez (Ed.), *Oxford handbook of positive psychology* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 679-687). Oxford, UK: Oxford University Press.

### **Capítulo de livro reeditado**

Rosenmayr, L. (1985). Changing values and positions of aging in Western culture. In J. E. Birren & K. W. Schaie (Eds.), *Handbook of the psychology of aging* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 190-215). New York: Van Nostrand Reinhold.

Outras formas de citação, consultar Manual de Publicação da *American Psychological Association*, **6<sup>a</sup>. Edição**, 2010.

## **5. Figuras**

Devem ser apresentadas ao final do texto, uma em cada página do texto, incluindo legenda. Para assegurar qualidade de reprodução, figuras que contenham desenhos devem ser encaminhadas em qualidade para fotografia. Como há limites para a largura de figuras na versão publicada (PDF), os autores devem tomar cuidado para que as legendas mantenham qualidade de leitura, caso seja necessária redução. O título da figura não deve fazer parte dela, mas deve ser apresentado à parte como texto.

## **6. Tabelas**

Devem ser apresentadas ao final do texto, uma em cada página, incluindo título e legenda (quando necessário). Os autores deverão limitar sua largura a 60 caracteres, para tabelas simples que ocupem uma coluna impressa, incluindo três caracteres de espaço entre colunas, e limitar sua largura a 125 caracteres, para tabelas que ocupem duas colunas impressas. O comprimento de tabelas não deve exceder 55 linhas, incluindo título e rodapé.

## 7. Anexos/Apêndices

Devem ser apresentados apenas quando contiverem informação original importante, ou destaque indispensável para a compreensão do trabalho. Autores que apresentem artigos de validação de instrumentos poderão enviar a versão de uso do instrumento em anexo. Em outros casos, recomenda-se evitá-los.

## V. Apreciação pela comissão editorial

Os manuscritos recebidos serão apreciados pela Comissão Editorial. Se estiverem de acordo com as normas de publicação da revista, serão encaminhados para consultores ad hoc. A avaliação segue procedimento duplo-cego (*double-blind review*). A identidade dos autores e suas afiliações institucionais não serão informadas aos consultores. Do mesmo modo, a identidade dos avaliadores não será informada aos autores. A Comissão Editorial apreciará os pareceres dos consultores e notificará os autores sobre sua decisão, que pode ser de aceite sem modificação, aceite com solicitação de reformulação, necessidade de amplas reformulações, reenvio para nova apreciação ou recusa. Juntamente com a decisão editorial, os autores receberão cópias dos pareceres.

Em caso de **solicitação de reformulações**, estas deverão ser feitas pelos autores e o manuscrito revisado deve ser submetido novamente pelo sistema. O manuscrito revisado deve conter todas as revisões marcadas em vermelho e ser acompanhado de uma carta detalhada aos editores, destacando as revisões feitas. Deve-se responder a todas as sugestões e comentários, mesmo que se decida não as acatar na revisão (neste caso, deve-se justificar o motivo). A versão reformulada passará por nova apreciação pela Comissão Editorial e por avaliadores externos. Podem ser solicitadas tantas mudanças quantas forem necessárias para uma possível aceitação final do texto. À Comissão Editorial caberá a decisão final sobre a publicação do manuscrito. Salienta-se, por fim, que a solicitação de revisões não implica necessariamente na aceitação para publicação do

manuscrito reformulado.

A Comissão Editorial poderá fazer pequenas modificações no texto. No caso de o manuscrito ser aprovado para publicação, será enviada uma prova gráfica para a última revisão dos autores. Esta revisão deverá ser devolvida acompanhada de uma manifestação de aprovação por parte do autor e co-autores, quando for o caso. O tempo médio de tramitação do manuscrito entre a submissão e a publicação é de um ano.

**Observação:** A Revista *Trends in Psychology/Temas em Psicologia* **não** corrige os textos submetidos com relação a aspectos gramaticais, ortográficos e de concordância. Esta tarefa é obrigação exclusiva do(s) autor(es) do manuscrito, sendo uma etapa prévia à submissão. Os artigos serão publicados sob a responsabilidade dos autores.

## VI. Direitos autorais

### **1. Artigos publicados no periódico *Trends in Psychology/Temas em Psicologia***

Os direitos autorais dos artigos publicados pertencem ao periódico *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*. A reprodução total em outras publicações, ou para qualquer outro fim, está condicionada à autorização por escrito do Editor Responsável de *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*. A reprodução parcial de artigos (partes de texto que excedam 500 palavras, tabelas, figuras e outras ilustrações) deve ter permissão por escrito dos autores do artigo reproduzido.

### **2. Reprodução parcial de outras publicações nos artigos publicados no periódico *Trends in Psychology/Temas em Psicologia***

Os manuscritos submetidos à publicação devem obedecer aos limites especificados no item anterior, quando contiverem partes extraídas de outras publicações. Recomenda-se evitar a reprodução de figuras,



tabelas e ilustrações. A aceitação de algum manuscrito que contiver este tipo de reprodução dependerá da autorização por escrito para reprodução, do detentor dos direitos autorais do trabalho original, endereçada ao autor do trabalho submetido ao periódico *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*. O periódico *Trends in Psychology/Temas em Psicologia*, em nenhuma circunstância, repassará direitos de reprodução assim obtidos.